
A decoração arquitectónica de *Felicitas Iulia Olisipo*

LÍDIA FERNANDES*

*Em honra de Irisalva Moita, à Mulber, à Olissipógrafa,
à Arqueóloga. A quem sempre tentou perceber as pedras
e fez seus, na sua defesa, alguns dos mais emblemáticos
vestígios da sua Olisipo*

R E S U M O

Analisa-se vários elementos arquitectónicos que terão decorado alguns dos edifícios da cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*. Apesar de não se tratar de uma recolha exaustiva pretende-se caracterizar o panorama artístico, tentando perceber de que forma as influências decorativas institucionais chegaram à cidade e de que modo foram aceites. A influência das oficinas centro-imperiais e, essencialmente, as emeritenses, certamente se manifestaram de forma clara, particularmente nos primeiros tempos de ocupação romana. É possível, no entanto, perceber alterações de influências durante todo o Período Romano, evidenciando novos interlocutores e distintos gostos decorativos.

A B S T R A C T

Some of the more important architectural elements amongst those that would have furnished some of the buildings of *Felicitas Iulia Olisipo* are presented. Although, we reckon that is not an exhaustive study, we seek to characterize the art panorama, trying to understand institutional decorative influences that would reached the city and how they were accepted. There was a clear influence of central Imperial workshops and, in particular, those from *Augusta Emerita*, during the beginning of Roman occupation. However, changes of influences can be perceived throughout the entire Roman period, involving new intermediaries and distinctive decorative tastes.

1. Introdução

A apresentação deste trabalho tem como objectivo reunir e interpretar um conjunto de dados, alguns dispersos até ao momento, analisando-os como um todo coerente no seio do que terá sido a decoração arquitectónica da cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*. Apesar de o número de elementos ser relativamente pequeno, não deixa de ser pertinente e denunciador de influências e mutações decorativas que se conseguem distribuir ao longo de quase todo o Período Romano. Se, em alguns casos, é possível relacionar peças com os edifícios/monumentos em que se terão integrado, tais exemplos

são, infelizmente, em menor profusão do que o considerável número de materiais descontextualizados, dos quais somente temos a informação que eles próprios nos proporcionam.

O propósito é, assim, o de reunir tais elementos, integrando-os numa evolução diacrónica da decoração arquitectural, contextualizando-os nos ritmos de crescimento da cidade de *Olisipo*. A transversalidade deste panorama obrigará, deste modo, a um olhar mais apurado no que toca a influências que, num dado momento, se operavam nos diversos territórios de acordo com as modificações estruturais do próprio Império, plasmando na pedra rupturas, modas e gostos, denunciadores de correntes decorativas que percorriam as províncias. Estas influências, divulgadas a partir da capital do Império, não seriam as únicas. À medida que a acção conquistadora inscrevia sob a paz romana novos territórios, também estes se transformavam simultaneamente em receptores e criadores, pela reelaboração e readaptação das novas correntes, constituindo-se divulgadores de novos conceitos ornamentais.

Esta modificação das matrizes de importação, bem longe de traduzir um intuito pensado e intencional, corresponderá antes a uma adaptação ao existente e ao conhecido, uma necessidade intrínseca, mais que uma busca de originalidade, por adaptar as novas formas aos hábitos ensaiados.

São precisamente estas modificações que, em nossa opinião, se deparam mais interessantes precisar. Se em alguns casos são os pormenores os denunciadores de um cunho local, regional ou, em alguns casos, simplesmente do artista/oficina que os produziu, outros haverá, possivelmente em muito maior número, onde as alterações decorativas abrangem estruturalmente o elemento arquitectónico.

Os estudos que, paulatinamente, temos levado a cabo ao longo das últimas duas décadas em território actualmente nacional permitem hoje o estabelecimento de algumas considerações mais alargadas, no tempo e no espaço, permitindo relativizar algumas conclusões a que em tempos chegámos mas, de igual forma, possibilitando uma comparação com outras regiões e outras realidades.

Quanto a este aspecto, o facto de se continuar a respeitar uma divisão territorial arbitrária comparativamente com a divisão administrativa de época romana, leva a uma visão parcial das antigas unidades territoriais. O objectivo será pois, o de "... tomar a Lusitânia como unidade de análise, ultrapassando a divisão imposta pelas modernas fronteiras" (Fabião, 2010, p. 345). Apesar deste intento, é um facto que, pessoalmente, o conhecimento que possuímos quanto ao território actualmente espanhol é deficitário, sendo somente mitigado pelos estudos produzidos sobre esta temática, em considerável número e há longa data, além fronteiras.

Nesta tentativa de reconstituição de um *puzzle* que, inevitavelmente, terá muito mais peças do que as que conseguiremos associar, atribuiremos uma maior importância a alguns elementos. Esta razão prende-se com o maior número de informações que alguns nos poderão fornecer, em desprimor de outros. Por outro lado, a decoração arquitectónica revela-se em múltiplos materiais, não apenas em capitéis mas também em capeamentos, em arcos e inscrições, em cornijas e arquivadas, em frescos e pequenos ornamentos soltos que isoladamente pouco valem, mas que, enquadrados num panorama mais vasto, se mostram válidos nesta abordagem. Ficará de fora desta análise a estatuária. Apesar de em alguns casos poder ser considerada como integrante da arquitectura, bastaria pensarmos na decoração da fachada cénica de um teatro, os vestígios que se conservam não permitem uma relação com os edifícios ou espaços arquitecturais que terão decorado nem são em número tal que legitimem a abordagem que agora se apresenta.

2. A cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*: as edificações públicas

As várias intervenções arqueológicas efectuadas nas últimas décadas no centro histórico da cidade, têm permitido um conhecimento mais detalhado sobre a mesma, não apenas acerca da cronologia de ocupação mas, também, sobre a forma como ela se operou.

A zona do castelo, que a historiografia tradicional apontava como o núcleo original da cidade — aproximando-a aos antigos castros que, com a romanização, são abandonados pela população que prefere as zonas costeiras, mais aprazíveis e mais férteis —, desempenhou um papel bem distinto, como aliás, já havíamos defendido em 1997 (vol. I, p. 194). O facto da ocupação do morro evidenciar contextos relacionáveis com o assentamento de um contingente militar no local, como se pode concluir pela enorme quantidade de espólio anfórico encontrado no decurso das escavações efectuadas no castelo (intervenções dirigidas por Alexandra Gaspar e Ana Gomes) atribuível ao terceiro quartel do século II a.C. (Pimenta, 2005) e a ausência de provas materiais que comprovem uma ocupação posterior, demonstra, comparativamente com as zonas mais baixas de colina, que o morro do castelo terá, após esse ocaso, sido abandonado enquanto lugar de povoamento efectivo.

Este aspecto é tanto mais evidente quando em comparação com a ocupação sidérica desta mesma área. Com efeito, o grande número de achados, não apenas de materiais mas sobretudo de estruturas arqueológicas, evidencia uma ocupação intensa e generalizada de toda a colina, desde o topo até às margens, oferecendo o panorama de uma cidade que, desde muito cedo, desempenhou um papel de relevo no comércio territorial e marítimo.

Os achados no próprio morro do castelo demonstram que esta zona foi intensamente ocupada. Descendo a vertente em direcção ao rio, o número de locais sinalizados evidencia o que terá sido um povoamento efectivo de toda a encosta. Aos primeiros achados de materiais da Idade do Ferro na Sé de Lisboa (Amaro, 1993, pp. 183–192), seguiram-se contextos preservados e estruturas efectivas um pouco por toda esta área. Na Rua de São Mamede n.º 15 (Pimenta, Silva & Calado, 2005), na Rua de São João da Praça (Pimenta, Calado & Leitão, 2005, pp. 313–334), nas Portas do Sol, no Largo do Limoeiro¹, no teatro romano (Fernandes, 2007, pp. 27–39; Fernandes & Pinto, 2009, pp. 169–188; Fernandes & Coroado, 2010²), no Pátio do Aljube (Fernandes, *Relatório Final da intervenção arqueológica*, 2010), ou ainda, mais a sul, na Rua dos Correeiros (Bugalhão, 2004, p. 33).

Esta efectiva ocupação anterior ao período romano pressupõe claramente um urbanismo pré-romano. Ainda que dificilmente, no actual estado dos nossos conhecimentos, consigamos caracterizar o tipo de edificações deste período e respectivas funcionalidades, pensamos que a implantação do domínio romano se efectivou sobre pré-existências que, se pouco marcantes do ponto de vista arquitectónico, certamente o seriam pela sua profusão.

Encontramos prova cabal para estas afirmações nos resultados das intervenções arqueológicas que temos efectuado na zona tardoz do *postcaenium* do teatro romano. Os fornos de produção cerâmica que, com algum grau de segurança, podem ser integrados entre os meados e os finais da designada segunda Idade do Ferro, identificados na área sul da escavação de 2010, foram desactivados pela construção de estruturas em pedra vã, uma das quais construída no interior da câmara de combustão, reaproveitando parcialmente as argilas de base como pavimento. A presença de fragmentos de Dressel 1 e de cerâmicas cinzentas com decoração em retícula brunida nos primeiros depósitos de abandono indica cronologias facilmente associadas aos primeiros momentos da romanização. Tal situação é igualmente comprovado pelo aparecimento de uma outra estrutura de difícil interpretação — e que até novas conclusões o contrariem classificamos como tanque — que inutilizou definitivamente as estruturas anteriormente descritas e na base da qual foram exumados fragmentos de cerâmica campaniense e ânforas do tipo Mañá C2.

Fornos e “tanque” foram destruídos por completo pela construção dos muros paralelos que integravam o sistema de engenharia implementado no local para sustentar a enorme construção do teatro romano de *Olisipo*. Esta edificação, datável das primeiras décadas do século I d.C. — uma vez que terá sido levado a cabo por diversas fases — anulou a ocupação anterior desta vertente, modificando profundamente a paleotopografia local.

Apesar destas pré-existências não terem condicionado as construções posteriores, observamos que a ocupação desta encosta onde se implantou o edifício cénico, era intensa, registando uma sucessão edificativa até ao momento insuspeita.

Com a ocupação romana, como vemos, a implantação de um urbanismo neste antigo aglomerado processou-se de forma abrupta, sendo condicionada mais pela topografia do que pelas construções pré-existentes. O caso do teatro, mais uma vez, é paradigmático.

Construído a meia encosta, as pequenas edificações existentes, como acima observámos, quer da Idade do Ferro quer da Época Republicana, não detiveram o plano delineado. Mas terá sido precisamente essa escolha do local, que deu origem a um dos planos mais ambiciosos de engenharia efectuado em *Olisipo* no início do Império, só igualável, provavelmente, pelo enorme esforço construtivo que terá representado a construção do criptopórtico na actual Rua da Prata.

Voltando ao teatro, um segundo muro detectado a sul, paralelo ao *postcaenium*, indica uma sucessão de estruturas, paralelas entre si que, paulatinamente vão vencendo o desnível até uma plataforma estável localizada mais a sul, sensivelmente onde hoje passa a Rua Augusto Rosa. Neste local, o afloramento rochoso encontra-se a menos de 1,5 m de profundidade, tendo sido encontradas estruturas, que interpretamos como habitacionais ou, talvez atribuíveis a *tabernae* construídas no local. Pela sua implantação e orientação terão adossado, num segundo momento de ocupação, à última estrutura murária que finalizaria os vários terraços construídos ao longo dessa encosta (Fernandes, Sepúlveda & Antunes, no prelo)³.

Estes muros, paralelos entre si, constituíam-se como estruturas de contenção, destinando-se a ficar soterradas (Fernandes, 2007, pp. 27–39; Fernandes & Pinto, 2009, pp. 169–188; Sepúlveda & Fernandes, 2009, pp. 139–168). A área tardoz do teatro, com a enorme e altaneira estrutura do *postcaenium* a marcar a colina, constituiria um verdadeiro emblema da nova ordem política, social e administrativa romana.

O outro edifício de que temos conhecimento, as Termas dos Cássios, localizava-se a nascente, ainda aproveitando o declive da colina, mas situado a um nível inferior, sensivelmente na mesma plataforma topográfica onde, a nascente, foi detectado um outro edifício da Época Romana no actual Largo de Santo António (Fernandes & Vale, 1994, p. 109). O primeiro depara-se mais importante, porquanto forneceu superior número de dados (apesar de continuarmos, há quase duas décadas, a aguardar a publicação dos resultados dessa escavação), sendo estes passíveis de ser completados com os registos de D. Tomás Caetano de Bem, efectuados a 17 de Maio de 1791, altura em que, pela primeira vez, este monumento foi detectado. O autor descreve detalhadamente uma parte destas termas, a qual teve oportunidade de ver pessoalmente, por ocasião das obras de reconstrução do Palácio do Correio-Mor (depois Palácio de Penafiel). Tivemos a possibilidade de estudar um capitel proveniente da intervenção arqueológica realizada em 1992 (em que também participámos) no jardim do Palácio de Penafiel, hoje Ministério das Obras Públicas (Fernandes, 2009, pp. 191–207).

Se, no caso do teatro e das termas dos Cássios, possuímos alguns elementos arquitectónicos que nos auxiliam no tema que ora nos debruçamos, infelizmente no caso do edifício do Largo de Santo António, não podemos dizer a mesma coisa. Esta intervenção arqueológica levada a cabo em 1994 por equipa conjunta composta por um elemento do Museu da Cidade - CML (a signatária) e por outro do então IPPAR (Ana Vale) permitiu observar parte de um edifício, que, pelas suas características, interpretamos como público.

As estruturas arqueológicas, situadas na parte sul do actual largo, prolongavam-se por baixo da rua, não tendo sido possível exumá-las na sua totalidade. Encontravam-se praticamente à mesma cota do largo (a uns escassos 30 cm abaixo do pavimento em paralelepípedos) e encostavam, a norte, às margas e argilas de cor verde que constituem o substrato. Significa isto, que o edifício romano se encontraria a um nível mais alto, correspondendo sensivelmente ao mesmo *plateau* das termas dos Cássios.

Na área intervencionada foi detectada uma estrutura, com uma orientação ligeiramente SW/NE, num comprimento de 3,50 m, inflectindo de direcção, a nascente, com um ângulo interno de 108° e prolongando-se, nessa direcção, numa extensão de c. 2,70 m, com 0,52 m de largura. O primeiro troço descrito apresentava, a cerca de meia altura da face interna da parede (que se conservava numa altura máxima de 2 m), um avanço da mesma que variava entre 10/15 cm, correspondendo a uma espécie de “prateleira” que corria ao longo do muro. Outras estruturas foram detectadas no interior deste espaço (Vale & Fernandes, 1994, p. 109), destacando-se um silo que continha no seu interior materiais cerâmicos que nos datam a época de abandono/alteração de funcionalidade desta estrutura alto imperial, concretamente *sigilatta* Clara A e C atribuível ao século IV/V (destaca-se um fragmento de prato da forma Hayes 50, para além de *sigillata* africana e hispânica tardia), assim como uma estrutura em pedra vã que percorria, em sentido sensivelmente N/S, o interior deste edifício romano, sendo anterior à estrutura acima descrita, bem como ao silo tardo romano.

De sublinhar o facto de este edifício corresponder a uma construção da primeira metade do século I d.C.⁴, sendo importante o conjunto de frescos que então foram recolhidos no local, aspecto que adiante abordaremos.

Outro edifício público, situado mais a sul, é o criptopórtico, localizado na actual Baixa Pomalina. Apesar de muito se ter escrito sobre este monumento, poucas são as conclusões a que os investigadores têm chegado, destacando-se, no entanto, os trabalhos desenvolvidos no local, em 1995, pelo Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade (CML). O levantamento gráfico então realizado, respeitante ao registo de alguns alçados do interior do monumento, assim como as picagens de algumas paredes que visaram a remoção de cimentos de época contemporânea, permitiu obter novas informações. Simultaneamente, foi realizada uma escavação no local (dirigida pela signatária e por Manuela Leitão). Os trabalhos então realizados, apesar de muito limitados pelo tempo e condições disponíveis, permitiram trazer alguma luz à história deste edifício⁵. O contributo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Departamento de Geologia e Minas da Faculdade de Ciências de Lisboa) foi decisivo, tendo efectuado peritagens por georradar, carotagens e colocado piezómetros no interior do monumento, com o objectivo de identificar a variabilidade do nível freático. Esta intervenção permitiu saber a profundidade do embasamento do criptopórtico, correspondente a cerca de 2/3 m, totalmente constituído por *opus caementicium*. Se contabilizarmos a altura dos vãos maiores: cerca de 2,50 m e lhe acrescentarmos c. 1,70 m, sendo esta a distância que separa o interior da abóbada mais elevada até à actual superfície e acrescentarmos a esta dimensão os cerca de 3 m do alicerce, teremos uma profundidade impressionante para este monumento que rondará cerca de 7,20 m. Obviamente que esta dimensão corresponderá, quase ou na totalidade, à porção do monumento não visível porquanto corresponde à parte subterrânea.

Como referido, trata-se de uma construção impressionante, não apenas pelas suas dimensões — as quais, aliás, se continuam a desconhecer a totalidade — mas, sobretudo, pelo local onde se implantou. As condições geográficas e o que elas implicaram, em termos de meios económicos, humanos e planeamento urbano, obriga a que se pense nesta construção como uma iniciativa imperial, pensada e custeada directamente pelos governadores de província, à semelhança, por exemplo, do que acontecia nas restantes capitais de província.

Outro criptopórtico foi instalado um pouco mais para nascente, também na frente ribeirinha. Intervenções arqueológicas realizadas nos antigos Armazéns Sommer permitiram a detecção de estruturas de carácter público, nas quais se inclui um edifício assente em criptopórtico, para além de edifício/s com pinturas a fresco e com pavimento em mosaico. Outra das estruturas registadas mais importantes foi um fontanário público com uma área lajeada (Gomes & *alii*, 2004). Apesar de os dados não estarem até ao momento detalhadamente apresentados, pode-se concluir tratar-se de uma área de usufruto público, com um arranjo urbanístico que, certamente, aproveitava a frente ribeirinha para lhe atribuir uma feição de via, que certamente, deveria existir, um pouco à semelhança do que continuou a existir em época medieval, moderna e se perpetuou até aos nossos dias, com a manutenção dos Chafariz d'El Rei e do Chafariz de Dentro.

Não se pretende um comentário a todas as estruturas romanas surgidas ou conhecidas na cidade de Lisboa. Antes de mais porque uma tal temática exigiria, por si, um trabalho de índole distinta, profundamente mais analítico e pormenorizado e por outro porque nos interessam essencialmente os edifícios públicos pois aí se materializa, de forma mais evidente, o gosto institucional. Deste modo, ficarão por comentar as necrópoles da cidade, já analisadas em trabalho recente (Silva, 2005), ou ainda o circo de *Olisipo* (cf. entre outros: Fernandes, 1997, vol. 1, pp. 218–220; Vale & Fernandes, 1997, pp. 109–121), sublinhando-se que o número de elementos arquitectónicos aqui recolhido é extremamente reduzido, fragmentário e descontextualizado.

Interessa mencionar que o presente estudo se refere à área citadina de *Felicitas Iulia*, no sentido estrito do termo, questão que, abordada ultimamente como um dado insólito ou original pensamos dever ser encarada como princípio axiomático. É manifesto que, quando se fala de *Felicitas Iulia Olisipo*, cuja municipalização se situa entre 31 e 27 a.C (Faria, 1995, pp. 91–93), subjaz a noção de cidade no sentido restrito do termo, isto é a definida pelo *pomerium*. No caso do *oppidum* de *Olisipo*, permanece por saber se essa fronteira física foi de facto materializada ou apenas simbolicamente definida, retomando, aliás o definido por Vasco Gil Mantas em 1997 e abordado anteriormente por Jorge de Alarcão em 1994. Os vestígios físicos que têm surgido na cidade nas últimas intervenções arqueológicas mostram, quer uma sobreposição parcial da muralha tardia, dos séculos IV–V d.C., à muralha alto-imperial, caso dos Armazéns Sommer (Gaspar & Gomes, 2007, pp. 685–698) na zona ribeirinha, quer uma construção original mas sempre tardia, correspondendo a troços de muralha defensiva, construídos não no início da colonização romana mas sim em resposta a perigos externos de época claramente posterior (De Man, 2008, pp. 508).

Obviamente que os conceitos de cidade e de área suburbana são distintos, assim como a de *territorium* e os respectivos limites físicos continuam imprecisos em relação a algumas áreas da cidade (Silva, 2008, p. 19). Se observarmos a implantação dos múltiplos achados que iremos analisar mais detalhadamente (Figs. 1 e 2), é óbvio que, ainda que desconhecendo os limites concretos e pormenorizados da cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*, não seja difícil abarcar a sua provável delimitação. É precisamente sobre este espaço que nos vamos debruçar.

3. Os capitéis de cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*

Este é o conjunto mais importante, não apenas pelo número de exemplares que conhecemos mas sobretudo porque em duas afortunadas situações podemos fazer corresponder peças a edifícios (Quadro 1 e Fig. 1). É o que acontece no teatro romano e nas *Thermae Cassiorum*. Outras peças, no entanto, apesar de não directamente relacionáveis com os edifícios em que se integrariam podem, com alguma margem de erro, fazer suspeitar da sua existência, é o que se verifica na Praça da

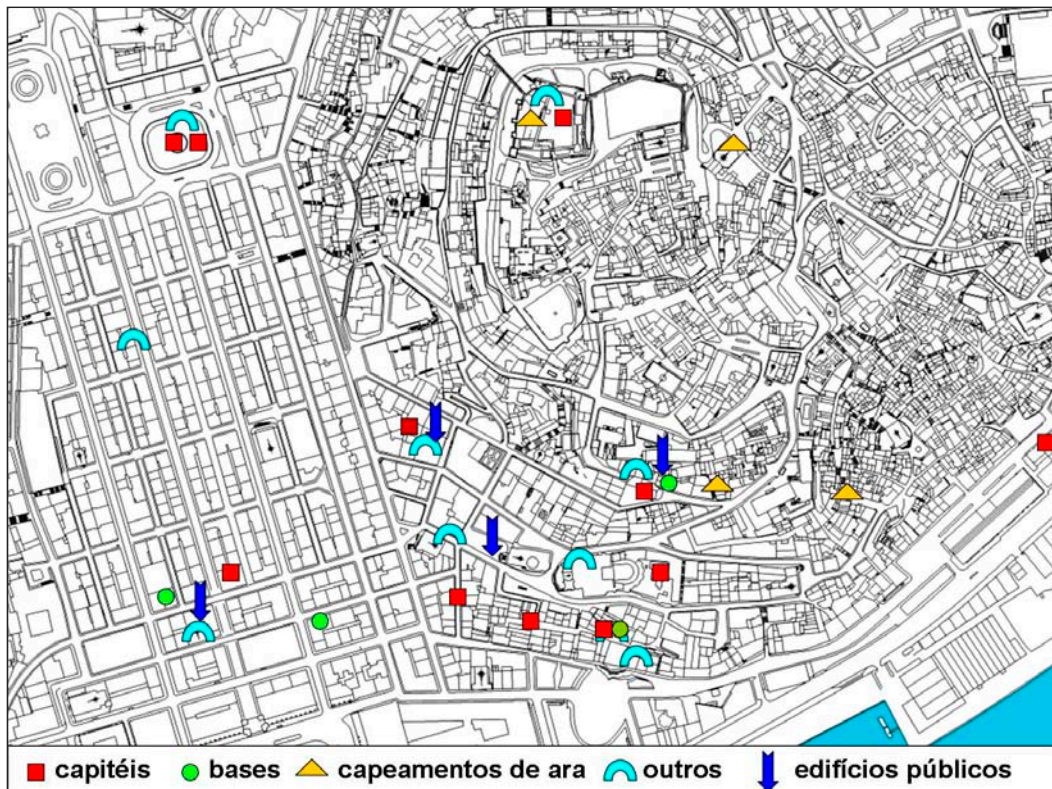


Fig. 1 Distribuição dos elementos arquitectónicos analisados no presente trabalho.

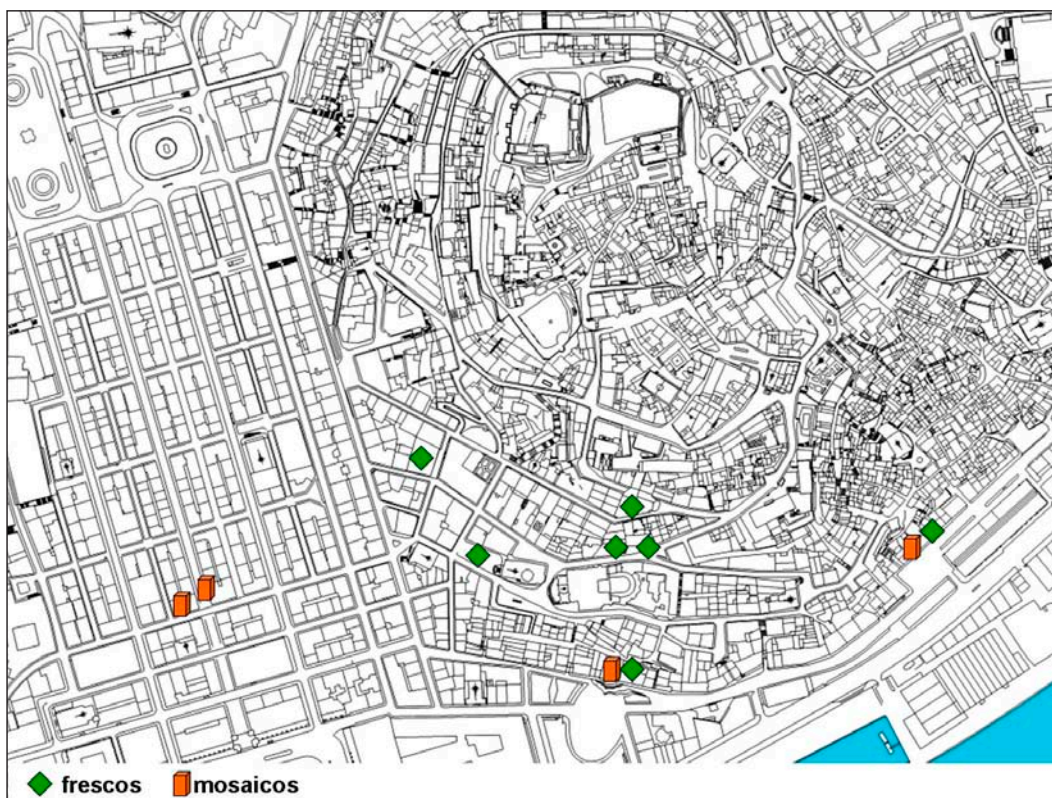


Fig. 2 Distribuição dos frescos e mosaicos referidos no presente trabalho.

Figueira. Por fim, e em muito maior número, as peças das quais desconhecemos a proveniência, apenas podem falar por si. Encontram-se nestas circunstâncias, os capitéis depositadas em museus da capital, Museu Nacional de Arqueologia (MNA) e o Museu Arqueológico do Carmo (MAC) e outras, actualmente propriedade privada, das quais somente temos conhecimento por mero acaso. De igual modo, materiais há que, apesar de provirem de contexto arqueológico, este é claramente distinto, correspondendo a situações de entulhamento ou reaproveitamento posterior.

Quadro 1. Elementos arquitectónicos*

N.º	Objecto	Matéria-prima	Contexto arquitectónico	Achado	Cronologia
1	Capitel jónico	Calcarenito revestido a estuque	Teatro – fachada cénica	Intervenção arqueológica teatro 1965/67	Inícios século I d.C.
2	Capitel jónico	Calcarenito revestido a estuque	Teatro – fachada cénica	Intervenção arqueológica teatro 1965/67	Inícios século I d.C.
3	Capitel jónico	Calcarenito revestido a estuque	Teatro – fachada cénica	Intervenção arqueológica teatro 1965/67	Inícios século I d.C.
4	Capitel jónico	Calcarenito revestido a estuque	Teatro – fachada cénica	Intervenção arqueológica teatro 1965/67	Inícios século I d.C.
5	Capitel jónico	Calcarenito revestido a estuque	Teatro – fachada cénica	Intervenção arqueológica teatro 1965/67	Inícios século I d.C.
6	Capitel jónico-liso	Calcarenito revestido a estuque	Teatro – fachada cénica	Intervenção arqueológica teatro 1965/67	Inícios século I d.C.
7	Capitel jónico-liso	Calcarenito revestido a estuque	Teatro – fachada cénica	Intervenção arqueológica teatro 1965/67	Inícios século I d.C.
8	Capitel jónico-liso	Calcarenito revestido a estuque	Teatro – fachada cénica	Intervenção arqueológica teatro 1965/67	Inícios século I d.C.
9	Capitel jónico-liso	Calcarenito revestido a estuque	Teatro – fachada cénica	Intervenção arqueológica teatro 1965/67	Inícios século I d.C.
10	Capitel jónico-liso	Calcarenito revestido a estuque	Teatro – fachada cénica	Intervenção arqueológica teatro 1965/67	Inícios século I d.C.
11	Capitel jónico-liso	Calcarenito revestido a estuque	Teatro – fachada cénica	Intervenção arqueológica teatro (1965/67)	Inícios século I d.C.
12	Capitel jónico-liso	Calcarenito revestido a estuque	Teatro – fachada cénica	Intervenção arqueológica teatro 1965/67	Inícios século I d.C.
13	Capitel jónico-liso	Calcarenito revestido a estuque	Teatro – fachada cénica	Intervenção arqueológica teatro 1965/67	Inícios século I d.C.
14	Capitel jónico (fragmento)	Calcário	Teatro	Teatro: recolha de 2006	2.ª metade século I / inícios II d.C.
15-31	Capitéis jónicos (fragmentos)	Calcário	Teatro	Intervenção arqueológica teatro 1965/67	2.ª metade século I / inícios II d.C.
32	Capitel coríntio	Calcário	?	Rua das Padarias. Recolha	1.ª metade século II d.C.
33	Capitel coríntio	Calcário	?	Rua das Padarias. Recolha	1.ª metade século II d.C.
34	Capitel corintizante	Mármore	?	Intervenção arqueológica 1982/83. Casa dos Bicos	Meados século II d.C.
35	Capitel jónico	Calcário	<i>Thermae Cassiorum</i>	Intervenção arqueológica 1992/93. Ministério Obras Públicas	1.ª metade século IV d.C.
36	Capitel jónico	Calcário	Necrópole romana – mausoléu?	Intervenção arqueológica Praça da Figueira 2000/01	Finais século III / IV d.C.
37	Capitel jónico	Calcário	Necrópole romana – mausoléu?	Intervenção arqueológica Praça da Figueira 2000/01	Finais século III / IV d.C.
38	Capitel jónico	Calcário	?	Rua das Canastras. Recolha	Século III/IV d.C.
39	Capitel jónico	Mármore	?	Intervenção arqueológica 1990. Sé Catedral (Claustro)	Século IV d.C.
40	Capitel corintizante	?	?	Alfama. Propriedade privada	Século IV d.C.
41	Capitel jónico	Calcário	?	Castelo de São Jorge. Intervenção arqueológica 1997	Finais século III/IV d.C.
42	Capitel coríntio	Mármore	?	MAC. Recolha.	Finais século III d.C.

N.º	Objecto	Matéria-prima	Contexto arquitectónico	Achado	Cronologia
43	Capitel coríntio ?	Calcário	?	Intervenção arqueológica. 1994-95. Núcleo BCP	Século II-IV (?)
44	Base ática sem plinto e com imoscapo	Calcarenito revestido a estuque	Teatro	Intervenção arqueológica 1965/67	Inícios século I d.C.
45	Base ática sem plinto e com imoscapo	Calcarenito revestido a estuque	Teatro	Intervenção arqueológica 1965/67	Inícios século I d.C.
46	Base ática	Calcarenito revestido a estuque	Teatro	Intervenção arqueológica 1965/67	Inícios século I d.C.
47	Base ática	Mármore	?	Intervenção arqueológica 1982/83. Casa dos Bicos	Século II d.C. (ou pouco anterior)
48	Base ática	Mármore	?	Intervenção arqueológica 2000. Rua Augusta (Zara)	A partir século II d.C.
49	Base ática	Calcário	?	Intervenção arqueológica Rua de São Julião/Rua da Prata 1993/1994	Século II d.C.
50	Capeamento de ara	Calcário	?	Intervenção arqueológica 2007. Pátio da Senhora da Murça.	Século I d.C.
51	Capeamento de ara	Calcário	?	Intervenção arqueológica 1982/83. Casa dos Bicos	Século II d.C.
52	Capeamento de ara	Calcário	?	Castelo de São Jorge. Recolha	Finais século II/ inícios III d.C.
53	Capeamento de ara	Calcário	?	Reaproveitado nas muralhas do Castelo	Século III d.C.
54	Capeamento de ara	Mármore	?	Intervenção arqueológica 2004. Rua da Saudade n.º 2	Finais século II d.C.
55	Capeamento de ara	Calcário	?	Palácio Fronteira (jardins) (recolha?)	Século II d.C.
56	Edícula	Calcário	Contexto funerário	Intervenção arqueológica 2004. Rua da Saudade n.º 2	Finais século I d.C.
57	Tampa de sarcófago	Mármore	Contexto funerário	Depositado no M.N.A	Século III/IV d.C.
58	Cornija	Calcário estucado	Teatro	Intervenção arqueológica (1965/67)	Inícios século I d.C.
59	Cornija	Calcário	<i>Thermae Cassiorum</i>	Ministério Obras Públicas Intervenção arqueológica 1992/93	Século I d.C.
60	Cornija	Calcário	?	Castelo de São Jorge (reaproveitada)	Meados século I d.C.
61	Cornija	Calcário	Necrópole romana. Contexto funerário ou via romana	Praça da Figueira Intervenção arqueológica 2000/01	Meados século I d.C.
62	Pedra moldurada	Mármore+calcário	Teatro - <i>proscenium</i>	Intervenção arqueológica teatro 1965/67	57 d.C.
63	Lajes de pavimento	Mármore+calcário	Teatro - <i>orchestra</i>	Intervenção arqueológica teatro 1965/67	57 d.C.
64	Arquitrave	Calcário	Remate superior do <i>postcaenium</i> (?)	Intervenção arqueológica teatro 2005	Meados século I d.C. (?)
65	Pedestal	Mármore	Teatro	Intervenção arqueológica teatro 1965/67	Meados século I d.C. (?)
66	Sofito (lintel)	Calcário	?	Reaproveitado na parede da Sé Catedral	Finais século I d.C. ou posterior
67	lintel (?)	Calcário	?	Reaproveitado na parede da Sé Catedral	Finais século I d.C. ou posterior
68	Lintel de porta	Calcário	?	Intervenção arqueológica 1982/83. Casa dos Bicos	?
69	friso	Mármore	?	Rua Correio-Velho/Largo Santo António. Recolha 1994	?
70	friso	?	?	Intervenção arqueológica 1992/93/96. Mandarin Chinês (Rua Augusta)	?
71	friso	Calcário	?	Muralha castejeiro (Castelo de São Jorge). reaproveitado	?
72	Soleira de porta	Calcário	?	Castelo de São Jorge. Recolha de 1962 (obras de restauro).	?

* Não se incluem neste quadro os dados referentes a mosaicos, bem como alguns elementos mencionados no texto quando não passíveis de serem caracterizados.

3.1. Capitéis do teatro romano

3.1.1. Capitéis jónicos estucados

São vários os autores que referem estas peças (Moita, 1970, pp. 7–37; Alarcão, 1982, pp. 287–302; Hauschild, 1990, pp. 348–392; Leite, 1994, p. 211; Ribeiro, 1996, pp. 478–484) e múltiplos os trabalhos onde temos analisado estes exemplares (entre outros: Fernandes, 1997, 2001, pp. 29–51, 2007, pp. 27–39).

A matéria-prima utilizada é o biocalcarenito, pedra que constitui o subsolo do local onde foi edificado o monumento cénico, e que, pela sua porosidade, mostra qualidades para uma boa preparação do estuque. Em 1990, T. Hauschild chama a atenção para este pormenor do revestimento, estabelecendo, pertinentemente, paralelos com capitéis do teatro de Mérida (Hauschild, 1990, pp. 378, 379). Mas outros pormenores construtivos são de realçar, essencialmente os que dizem respeito à morfologia, uma vez que integram a parte superior do fuste de coluna (sumoscapo), característica que observamos amiúde em exemplares toscanos do território nacional (Fernandes, 2001, pp. 95–158, 2008, pp. 231–270, 2010, pp. 25–50), mas igualmente em capitéis jónicos mais antigos (Fernandes, 1997, 2001, pp. 29–51). Este fenómeno é paralelo ao que acontece nas bases, sendo que a parte inferior do fuste (o imoscapo) está integrada na base, prolongando-se depois no fuste da ordem arquitectónica respectiva (entre outros: Fernandes, 2004–2005, pp. 83–94).

A inclusão do sumoscapo no próprio capitel é uma característica de tradição antiga a qual, em paralelo à técnica do revestimento com estuque da pedra local, nos remete para tradições construtivas de épocas republicanas. A inserção da parte inferior do fuste, isto é, o *immus scapus* na base e, paralelamente, o *summus scapus* no capitel, são uma tradição desse período (Pasquinucci, 1982, p. 31), podendo-se indicar, apenas como exemplo, peças de *Nova Carthago*, talhadas em travertino encarnado, pedra local, muito utilizada em época augustana e durante a primeira metade do século I d.C. (Ramallo, 2004, pp. 153–218).

Nos registos gráficos feitos sobre o teatro à época da sua descoberta e posteriormente (falamos do desenho aquarelado de Francisco Xavier Fabri, de 1798 e do desenho apresentado por Luís António de Azevedo em 1807 e depois impresso em 1815, cf. Fernandes, 1997, vol. 1, 2007, pp. 27–39; Fernandes & Caessa, 2006–2007, pp. 83–102), consegue-se observar que os capitéis representados possuem dois módulos distintos: uns de menores dimensões - mais simples com ausência de volumes no équino e um *pulvinus* de aspecto recto, aproximando-os do que podemos classificar como “jónico liso de influência toscana” (sobre esta designação cf. Fernandes, 1991, vol. 1, 2001, pp. 95–158) — e um segundo grupo de maiores dimensões.

Nos desenhos de Luís António de Azevedo, representam-se capitéis de grandes proporções com decoração do *kyma* com um grande óvulo ou pinha central, semelhantes aos capitéis coríntios do templo de Mérida com decoração em estuque, datados da segunda metade do século I (De La Barrera, 1985, pp. 33, 34, figs. 20A/20K, correspondendo a uma possível renovação do templo: Hauschild, 2002, p. 216) ou ainda outros exemplares hispanos, um proveniente de Tarragona (Gutiérrez, 1992, p. 31, n.º 73) e outro de *Nova Carthago* (Gutiérrez, 1992, p. 32, n.º 76), que, pelas suas particularidades — *kymai* de um só óvulo, aspecto maciço, volutas de grande volumetria — indiciam uma influência púnica (Gutiérrez, 1991, p. 45; Lézine, 1968, pp. 73–75) com características típicas da época republicana e augustana.

Este segundo grupo evidencia, nos desenhos referidos, *kymai* acentuadamente mais planos, tal como *pulvini* que se assemelham a toros rectos, afastando-se da morfologia do balaústre, mas com *baltei*, posicionando-se numa linha evolutiva que terá tido origem nesse primeiro ensaio do capitel

jónico no território da Lusitânia ocidental e evidenciando enormes parecenças com o capitel toscano (cf. Fernandes, 1997, vol. I, pp. 287–307, vol. II, pp. 103–161, 2008, pp. 231–270, 2010, pp. 25–50). Essa inicial formulação, que deu os seus primeiros passos em *Emerita*, onde existe um significativo conjunto de peças deste tipo, terá tido uma efectivação mais marcada na região a nordeste de Mérida, em território actualmente português, destacando-se três núcleos: Idanha-a-Velha, Bobadela e *Ammaia*. Para esta situação terão concorrido, muito possivelmente, os acampamentos aí estabelecidos nos primeiros momentos da conquista/pacificação da Lusitânia, compostos por militares maioritariamente de origem itálica (Alarcão, 2001, pp. 160; Fernandes, 2008, pp. 231–270). Esta morfologia toscana, que rapidamente será substituída por outras ordens arquitectónicas mais apelativas, tem características tão sóbrias e simples, que justificam o seu emprego nos primeiros edifícios mais austeros construídos por populações itálicas, onde ainda se encontravam presentes os ecos da arquitectura etrusca, considerada durante muito tempo, como a zona primordial do nascimento do Império (cf. Rosada, 1970–1971, p. 66).

Oito capitéis do teatro de *Olisipo* apresentam actualmente uma morfologia diferente da jónica, acima descrita. T. Hauschild indica que se trata “...da forma bruta de capitéis coríntios, tendo na sua parte superior ainda arranques da placa de ábaco lançada para o exterior. Por baixo, o *kalathos* é trabalhado de forma a deixá-lo liso. Provavelmente estavam cobertos de estuque...” (Hauschild, 1990, p. 361).

Durante bastante tempo, comungámos da opinião, mais ou menos generalizada, que o “miolo” conservado corresponderia a capitéis coríntios desbastados posteriormente. No entanto, e sobretudo pela análise de alguns conjuntos de capitéis toscanos pensamos ser pertinente a apresentação de uma distinta interpretação, ainda que estas dúvidas somente possam ser esclarecidas com o achado de novos exemplares em contextos arqueológicos.

Um capitel que actualmente se encontra na Sé de Idanha-a-Velha é precisamente igual aos capitéis do teatro de *Olisipo*. Classificado por D. Fernando de Almeida como “peça inacabada” (Almeida, 1956, p. 100) será difícil manter aquela interpretação pela comparação com os capitéis de Lisboa. Este facto é reforçado pela circunstância de todos os capitéis romanos egitanienses pertencerem, ou à ordem toscana ou ao embrião da ordem jónica, isto é, o tipo “jónico liso de influência toscana” referido *supra*. A alteração posterior destas peças deve-se à sua adaptação quando foram reutilizadas na igreja, tendo sido desbastadas e modificadas de forma a melhor se adequarem ao novo espaço religioso. A confrontação com mais oito exemplares de Lisboa torna difícil a ideia de todos eles, em locais distintos, apresentarem precisamente o mesmo grau de acabamento, contrariando, assim, a ideia de se tratar, como referia D. Fernando de Almeida, de peças não finalizadas. A similitude morfológica entre os exemplares de Idanha e de Lisboa e a similitude de dimensões sublinham igualmente esta interpretação.

A utilização da ordem toscana em edifícios cénicos não é invulgar. Assim, no teatro de Itálica observamos o emprego da ordem toscana no pórtico do *postcaenium*, a qual perdura, anacronicamente ao longo dos tempos, mesmo quando a fachada cénica recebe profundas remodelações nos inícios do século III e se decora com os vistosos capitéis coríntios (Rodríguez, 2006, p. 158). Também em Mérida, na zona por trás do *postcaenium*, permanecem os jónicos lisos com decoração em estuque e mantendo parte do sumoscapo no próprio bloco do capitel resistindo às várias renovações, arquitectónicas e decorativas, que o espaço cénico sofreu.

Perante tais considerações, colocamos a hipótese de aqueles capitéis do teatro poderem corresponder não a capitéis coríntios desbastados, mas a capitéis que se integram na classificação, já explicada, de “jónicos lisos de influência toscana” nos quais, em reaproveitamento posterior, muito possivelmente na Época Moderna, foi removida a parte correspondente ao équino e ao *pulvinus*.

A ornamentação que acima descrevemos e que se observa nos registos do século XVIII, poderá corresponder aos capitéis que conservavam, à época, a sua decoração em estuque. Partindo desta ideia, será pertinente considerar que os dois módulos que aí se observam tenham correspondência com os dois tipos de capitéis que hoje se conservam. Se assim for, os de maiores proporções, semelhantes aos de Mérida, Tarragona ou Cartagena, certamente decorariam o primeiro andar da *frons scaenae*, enquanto os capitéis de módulo menor, correspondendo a um jónico liso ou talvez correspondendo a morfologias antigas de tradição toscana, poderiam decorar o segundo nível da fachada cénica ou outro local do teatro, como a fachada exterior semicircular, como acontece com o teatro de Marcelo ou no teatro de Córdoba, com a aplicação da ordem dórica no piso inferior da fachada das bancadas (Ventura, 2006, pp. 99–147).

3.1.2. Capitéis jónicos em calcário não estucado

Um fragmento de capitel, recolhido em 2006, numa limpeza realizada junto ao *vomitorium*, permitiu novas considerações sobre a utilização da ordem jónica no teatro romano. Conserva cerca de metade do balaústre, ou *pulvinus*, decorado com folhas de água imbricadas. Possui um *balteus*, decorado por uma moldura sogueada em relevo e com sulcos oblíquos bem delineados. A parte frontal, composta por voluta ornamentada por roseta de quatro pétalas e botão central, encontra-se completa, com um delinear escultórico bem executado, evidente efeito naturalista e sem vestígios de trépano (Fig. 3). Pelas características datamos este exemplar de entre a segunda metade do século I e o século II.



Fig. 3 Fragmento de Capitel jónico do teatro romano de Lisboa. Face frontal da voluta. (Fotografia de Lídia Fernandes, Museu da Cidade).

Outros fragmentos, em número de dezasseis (ou quinze, pois dois colam entre si), foram encontrados no decurso dos trabalhos arqueológicos efectuados na década de 1960 e pertencem, na totalidade, à ordem jónica, sendo alguns tão residuais que dificilmente se identifica a parte do capitel a que pertenciam. A característica comum consiste na matéria-prima empregue: o calcário. Não o calcarenito fossilífero que vimos empregue nas peças anteriores, mas uma pedra uniforme, lisa, branca ou ligeiramente rosada, de aspecto muito mais homogéneo do que as peças anteriormente descritas. Alguns pormenores decorativos são ainda perceptíveis, como é o caso de molduras sogueadas do *balteus*, folhas de água a decorar a face lateral, parte da voluta frontal, onde se nota o canal da voluta espiraliforme. Uma porção de *kyma* é composta por um óvulo quase plano e por uma flecha estilizada ou lanceta; outro *kyma* ostenta um óvulo de grande dimensão, ladeado por profundas molduras que delineiam, simultaneamente o elemento separador contíguo.

Apesar de serem fragmentos, desconhecendo-se o número total de indivíduos, é indiscutível o facto de alguns evidenciarem um acentuado cuidado decorativo, obrigando a considerar, em alguns casos, serem produto de oficinas de qualidade.

Em termos cronológicos, estes exemplares podem-se incluir nos meados do século I ou na segunda metade da centúria. Analisando separadamente um ou outro exemplar talvez apontássemos uma datação algo mais recuada, ainda que as características que se observam não impeçam uma atribuição mais tardia, inclusivamente do século II, ainda que o pouco contraste de volumes leve a inclinar para épocas anteriores a uma exuberância de contraste de volumes. Sublinhamos, no entanto, a grande dificuldade em atribuir cronologias finas a peças sobre as quais se desconhece o contexto e das quais se conserva tão pouco.

As peças que acabamos de analisar inscrevem-se num novo tipo de capitel jónico, que emprega uma matéria-prima de maior qualidade, que segue diferentes preceitos decorativos, talhados directamente no bloco pétreo e não em estuque. A pedra que passa a ser utilizada é o calcário liso, branco, de boa qualidade, proveniente da região de Sintra. É neste bloco do capitel que são talhados directamente os vários pormenores decorativos. Mantém-se a mesma ordem arquitectónica, mas a técnica usada corresponde já a uma evolução que se presencia por todo o Império.

Estes fragmentos indicam, assim, um novo programa decorativo do teatro que respeita a primordial ordem arquitectónica empregue, mas que a actualiza, enriquece e embeleza. O facto de continuar a ser esta a ordem escolhida — numa época em que, sobretudo no caso de edifícios públicos, era a coríntia a de maior apreço pela liberdade ornamental que possibilitava — testemunha uma intencionalidade criteriosa da plástica decorativa deste edifício público, patente quer na manutenção da ordem jónica, quer na não substituição dos elementos decorativos da época de fundação que empregavam, como técnica de revestimento, o estuque.

O caso do teatro de Itálica é comparável. Aqui, apesar das várias alterações que o edifício cénico sofreu, os capitéis que decoraram a área do *porticus post scaenam*, atribuível aos inícios do século I d.C. (Rodríguez, 2006, p. 158), continuaram a ser toscanos, assim se mantendo ao longo do tempo. As múltiplas camadas de estuque que evidenciam comprovam a intencionalidade da sua não substituição (Rodríguez, 2000, pp. 307–317 + Lám, 2006, pp. 157–158). O arranjo desta área data do início da construção do próprio teatro. Ao invés, os capitéis da fachada cénica foram substituídos pela ordem coríntia no século III d.C., desconhecendo-se actualmente qual a ordem arquitectónica que, originalmente, decoraria a fachada.

3.2. Rua das Padarias

Estas duas peças, também já por nós analisadas (Fernandes, 1997, n.ºs 78 e 79, 2001, pp. 237–256) correspondem a dois capitéis coríntios. Apesar de encontrados em solo olisiponense, encontram-se actualmente em Palmela, sendo propriedade do Professor José Hermano Saraiva, que forneceu a informação de terem sido encontradas na Rua das Padarias quando se procediam a obras na rua na década de 1950 (Fig. 4).

A maior particularidade destes exemplares reside no facto de um deles se encontrar inacabado, o que indica com alguma probabilidade, ou a existência de uma oficina nas proximidades ou o facto de as peças não possuírem a decoração completa por se posicionarem num local de difícil visualização no interior do edifício, situação corrente no Império Romano, como observamos nos capitéis de Barcelona de época júlio-claudiana (Gutiérrez, 1992, peça n.º 244) ou nos exemplares do teatro de Cartagena, datados da época de Augusto (Ramallo, 2004, pp. 172–177, fig. 20).

Estas peças poderiam também ter decorado edifícios distintos pois a decoração que apresentam é diversa, apesar de ser evidente serem produto de uma oficina de qualidade, facto evidente em alguns particularismos técnicos que sobressaem. É o caso, por exemplo de um pequeno *scamillus* moldurado, reentrante em relação ao ábaco dos exemplares, cuja única função seria a do perfeito encaixe com o entablamento.

As peças apresentam duas coroas de folhas, desgarradas do corpo da peça na parte superior, com evidente busca de contrastes de luz e sombra. Os caulículos apresentam-se ligeiramente oblíquos, quase verticais ao invés do que acontecerá a partir de meados do século II d.C. No exemplar



Fig. 4 Capitel coríntio da Rua das Padarias. (Fotografia de Lídia Fernandes).

completo os lóbulos são bem definidos, evidenciando-se a sobreposição dos lóbulos inferiores sobre os imediatamente adjacentes (na parte inferior das folhas), pormenor que se inicia a partir de época júlio-claudiana. Na peça incompleta, os pontos de trépano não expõem tratamento posterior, encontrando-se justapostos e sem que o trabalho de junção se apresente finalizado. Ao invés, no capitel mais completo, os pontos de trépano mal se identificam, visualizando-se pontualmente, de forma intencional, configurando maiores contrastes. No entanto, a proporção entre a primeira coroa de folhas e a parte superior do capitel afasta-se da proporção canónica do século I, relação que deixa de se presenciar mais frequentemente a partir da segunda centúria.

Um outro pormenor permite datar mais precisamente este exemplar. Trata-se de uma pequena folha trilobada que se posiciona entre as duas folhas que, saindo dos cálices acompanham as hélices e as volutas angulares. Este detalhe apenas aparece documentado a partir dos inícios do século II d.C., como pode ser observado em peças de Itálica, ou Mérida, entre outras (Gutiérrez, 1992, respectivamente peças n.ºs 443, 452 e 448). Estes elementos e restantes pormenores levam a situar cronologicamente estes exemplares na primeira metade do século II d.C.

3.3. *Casa dos Bicos*

Este exemplar da Casa dos Bicos, encontrado no decurso das primeiras intervenções arqueológicas realizadas naquele local em 1982 (Duarte, Amaro, 1986, pp. 143-154) foi por nós várias vezes comentado (entre outros: Fernandes, 1997, n.º 101, 1999, pp. 113-135, 2004, pp. 21-36, 2007, pp. 291-336) e refere-se a um capitel corintizante de adossamento muito curioso.

Pelos seus pormenores decorativos, concretamente as características evidenciadas por uma palmeta com terminações foliáceas circulares, é possível relacioná-lo com peças de Alcácer do Sal, Cadafais (Abrantes)⁶, com um exemplar da *villa* de Freiria (Cardoso, 1991, p. 76; Fernandes, 1997, n.º 102) e ainda com um capitel de Itálica (Gutiérrez, 1992, peça n.º 835).

Os *ornamenta* empregues neste tipo de capitel têm como fonte a enorme panóplia de motivos de época grega e helenística — como palmetas e hastes vegetalistas — mas a sua morfologia é, nitidamente, uma reelaboração posterior, que alia um esquematismo a uma rigidez plástica.

Esta peça da zona ribeirinha de *Olisipo* enquadra-se na nova linguagem que se inicia em época flaviana, mas que se acentua e prolonga posteriormente. Integramos cronologicamente esta peça no século II, talvez nos meados desta centúria, apresentando motivos decorativos próximos tanto de capitéis hispanos como do centro do Império.

A presença de um tão grande número de exemplares que emprega tais “tiques” morfológicos, só pode ser justificada se supusermos o emprego de cartões, os designados “Skizzen” ou “Musterbücher” (Gros, 1976, p. 63; Sauron, 1979, p. 204; Pensabene, 1973, p. 189) e/ou, a presença de *ateliers* itinerantes os quais terão desempenhado um papel predominante na divulgação deste tipo de peças.

A presença destes exemplares nas proximidades das duas vias terrestres que, mais directamente, ligavam *Olisipo* a *Emerita*, comprova as influências que a capital de província exercia no seu território e a importância das vias de comunicação terrestres na divulgação dos modelos.

3.4. *Capitel das Thermae Cassiorum*

No decurso de trabalhos de intervenção arqueológica realizados no jardim do Ministério das Obras Públicas (Rua de São Mamede, n.º 21), entre 1992 e 1993, foi descoberto um pequeno



Fig. 5 Face frontal do capitel jónico das *Thermae Cassiorum*. (Fotografia de Lídia Fernandes, Museu da Cidade).

capitel jónico, integrado num silo medieval o qual tivemos oportunidade de analisar detalhadamente (Fernandes, 2009, pp. 191–207). Esta peça não possui ábaco, característica que remete para uma reelaboração do capitel jónico de épocas tardias, quando o ábaco é substituído pelo *scamillus* (Fig. 5).

O équino apresenta um *kyma* decorado por três óvulos, rodeados por largas molduras, separados entre si por pontas de flecha. Na parte inferior do exemplar, um pequeno colarinho estabelece a ligação ao fuste. Lateralmente, o *pulvinus* é decorado por folhas de água contrapostas, dispostas a partir do centro, marcado por um pequeno *balteus* liso. A dimensão dos óvulos e o espaço concedido às flechas separadoras são praticamente os mesmos, desempenhando ambos os elementos, uma importância decorativa de igual volumetria e importância no léxico ornamental. Este novo vocabulário afasta-se das finas molduras que delimitavam os vários motivos, e o seu papel decorativo é tanto ou mais importante quanto o desempenhado por aqueles elementos, traço comum em peças de épocas tardias (Pensabene, 1973, p. 250).

Na sua globalidade, assim como nos diversos pormenores ornamentais, esta peça estabelece grandes semelhanças com um capitel da *villa* romana de Frielas (Fernandes, 2004, pp. 21–36). Outros paralelos centro-imperiais podem ser indicados, como um capitel de Óstia, datável do século III ou IV (Pensabene, 1973, p. 48). Igual cronologia se aplica a este exemplar das termas. As alterações decorativas, mas também formais e estruturais, que se operam no capitel jónico em épocas tardias modificam por completo estes elementos: o ábaco desaparece, as peças diminuem de tamanho e a decoração torna-se mais estilizada omitindo-se, na maior parte dos exemplares, os pormenores decorativos constantes dos exemplares dos dois primeiros séculos da era. Por estas razões o capitel das termas cassianas pode ser datado da época de remodelação do monumento na primeira metade do século IV, concretamente no ano de 336 d.C., tal como é documentado por uma inscrição encontrada no local no século XVIII por Caetano de Bem, depois incluída na *Epigrafia de Olisipo* de Vieira da Silva (1944, n.º 22).

3.5. Capitéis da necrópole da Praça da Figueira

Dois capitéis jónicos foram encontrados durante a intervenção arqueológica levada a cabo na Praça da Figueira em 2000/2001 (dirigida por Marina Carvalhinhos e Rodrigo B. Silva, do Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade – CML) e os quais já tivemos oportunidade de analisar (Fernandes, 2007, pp. 291–336).

Estas peças integram-se na ordem arquitectónica jónica, estando uma quase completa e a segunda conservando cerca de um terço da sua totalidade. São exemplares canónicos de diminutas dimensões, ambos com pouco mais de 18 cm de altura. À semelhança do exemplar das termas cas-sianas, também aqui não existe ábaco, sendo este substituído por *scamillus*.

Numa das peças, a ornamentação do *kyma* é composta por três semi-óvulos cortados superiormente, sendo que o central, axializado, possui um contorno quase circular. As molduras que delimitam os óvulos são sobrelevadas e constituem também elementos ornamentais, separados entre si por lancetas, que assumem, pela sua dimensão, similarmente, grande importância no conjunto decorativo.

O outro exemplar conserva somente uma pequena parte, ostentando um único semi-óvulo, rodeado por grossa moldura relevada e por uma lanceta que faria a separação com o semi-óvulo seguinte. Aposta ao *kyma*, encontra-se uma voluta de acentuadas dimensões, com moldura relevada espiraliforme bem desenhada que finaliza, no centro, em botão relevado.

No conjunto, são peças de pequenas dimensões, como já sublinhado, onde são omissos muitos dos tradicionais elementos decorativos do capitel jónico, como é o caso do canal de voluta. A supressão do canal, considerada por alguns autores como sendo uma característica de tradição africana (Pensabene, 1986, p. 417), poderá ser encarada como integrando o desenvolvimento próprio do capitel jónico em épocas tardias, observável nas províncias mais longínquas mas também no centro do Império. As faces laterais deste capitel, os *pulvini*, são decoradas por elementos foliáceos, os quais, partindo do centro do balaústre abrangem a totalidade do mesmo, assemelhando-se a folhas coríntias.

O contexto arqueológico em que estas peças foram encontradas não nos permite estabelecer uma integração arquitectónica directa com qualquer edificação, uma vez que surgiram em contextos tardios, relacionados com a ocupação muçulmana daquele local, tendo ambos sido reutilizados como material de construção nas paredes de um poço datável de Época Muçulmana. Não obstante, é plausível que estes dois espécimes se relacionem com a anterior vocação funerária de época romana do local. Neste quadro funcional, poderão ter decorado mausoléus funerários de carácter privado, ainda que pertencendo a edifícios diferentes pois evidenciam, dentro de um mesmo repertório decorativo, morfologias e talhes distintos. Estas peças inscrevem-se, assim, numa linha evolutiva do capitel da ordem jónica, com modificações substanciais a partir do século III, inscrevendo-se nas opções simplificativas mais usuais que se observam no final da terceira centúria ou, provavelmente, da seguinte.

Geralmente considera-se este tipo de peças jónicas — produzidas em época tardia, de pequena dimensão e simplicidade decorativa — como objecto de encomendas de carácter privado (Lézine, 1968, p. 168). Neste sentido, e de acordo com o local onde apareceram, pensamos poder inferir estarmos em presença de um contexto sagrado/religioso vocacionado para a decoração de pequenos mausoléus. Esta ideia não impede que se sublinhe a qualidade técnica evidenciada por estas peças, o que nos remete para *ateliers* que seriam, na altura, localmente bem conhecidos.

Ainda a este propósito, não poderíamos deixar de mencionar a similitude com o capitel jónico de Frielas, já referido, pertencente ao peristilo da *villa* e datável dos finais do século III (Fernandes,

2004, pp. 21–36) e que justifica a hipótese de ter sido produzido pelo mesmo *atelier*. Encontramo-nos, pois, mais uma vez, perante uma encomenda privada destinada, neste caso, à decoração de uma *villa*. Este aspecto é tanto mais importante quanto nos permite concluir, pela primeira vez, que oficinas deste período abasteciam, simultaneamente, a cidade e as *villae* do seu *territorium*.

3.6. Rua das Canastras

À semelhança dos capitéis jónicos tardios que tivemos oportunidade de referir, este exemplar inscreve-se igualmente em tal registo. Trata-se de uma peça depositada nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia (Silva, 1939, p. 119; Moita, 1994, p. 66, n. 84; Fernandes, 1997, n.º 53; Fernandes, 1988, pp. 221–284, n.º 5), sendo proveniente da Rua das Canastras, em Lisboa, junto à zona ribeirinha. Temos, mais uma vez, um capitel de pequenas dimensões, sem ábaco e com um équino decorado por três semi-óvulos delimitados por grossas molduras. Muitos dos tradicionais elementos decorativos do capitel jónico não se encontram presentes, como é o caso do canal das volutas, das semipalmetas e do ábaco. A morfologia da peça, ostentando um équino compacto, sem que as volutas ultrapassem a sua altura e a moldura sogueada que finaliza inferiormente o équino, aponta para um desvirtuamento do capitel jónico canónico.

Os *pulvini*, com uma morfologia de balaústre, apresentam uma decoração com folhas de água. O esquematismo acentuado e o efeito geométrico que a ornamentação no seu conjunto produz, apontam para modificações do capitel jónico que se podem situar cronologicamente a partir do século III.

3.7. Sé de Lisboa

Trata-se apenas de um fragmento de um capitel jónico que tivemos oportunidade de estudar em 1997 (Fernandes, 1997, n.º 56), proveniente das escavações arqueológicas realizadas no local, sob a direcção de Clementino Amaro. As suas características morfológicas e decorativas colocam-no na sequência dos capitéis tardios acima analisados. Mais uma vez, este exemplar não possui ábaco, nem tão-pouco *scamillus*; os óvulos, possivelmente em número de três, são acentuadamente alongados separados por grossas molduras que também funcionam como delimitadoras das lancetas. Pelo seu acentuado alongamento, estes dois elementos — óvulos e lancetas — têm praticamente a mesma expressão. Não apresenta *canalis*; as volutas frontais são de pequena dimensão e justapostas ao équino e a parte inferior da peça termina num colarinho de pérolas e astrágalos separado do équino por uma moldura recta lisa.

A decoração é acentuadamente geométrica e esquemática, com paralelismos emeritenses e cordoveses (respectivamente Cruz Villalón, 1985, pp. 252; Carlos Marques, 1993, pp. 31 e 32), assim como com múltiplos exemplares norte-africanos (Pensabene, 1986, pp. 410-425, figs. 51 b; 55 e/f; 56 d; 58 e; 56 f). A cronologia em que esta peça se inscreve é o século IV d.C.

3.8. Alfama

Apenas conhecemos esta peça por uma fotografia gentilmente cedida por Clementino Amaro, tratando-se de um exemplar que é propriedade privada. Trata-se de um capitel de coluna, de estilo

corintizante com motivos liriformes. O *kalathos* do capitel é composto por dois níveis de folhas. O inferior é composto por elementos foliáceos de grande dimensão, aderentes ao corpo do capitel. As folhas angulares elevam-se até à parte inferior do ábaco e são similares às anteriores.

Esta “vegetalização das volutas”, segundo a expressão de Pensabene, é um processo que se observa a partir dos séculos I e II e que se traduz essencialmente pela recuperação de alguns ornamentos helenísticos (Pensabene, 1973, p. 218). Será precisamente esta característica da vegetalização dos vários elementos do capitel que levou à sua individualização, realizada pela primeira vez por Ronczewsky (1923) na análise feita sobre capitéis romanos com decoração variada.

A decoração liriforme das faces centrais, com o arranque de hastes vegetalistas da parte superior da primeira coroa de folhas, é um dos motivos mais habituais da decoração do capitel corintizante. A flor do ábaco é de grandes dimensões e a espessura do ábaco acompanha o seu diâmetro apresentando-se, assim, bastante largo e possivelmente reentrante nas faces frontais junto à flor.

A ausência de volumes e a profunda alteração dos cânones tradicionais do capitel coríntio, a esquematização dos motivos vegetais e a quase inexistência de qualquer correspondência orgânica dos vários *ornamenta* levam a considerar este espécime certamente como um produto de oficina local de época tardia. Apontaríamos talvez o século IV para a data da sua realização, ainda que a observação apenas por imagens leve a acautelar quaisquer opiniões mais assertivas sobre o exemplar.

3.9. Castelo

Este capitel, encontrado em 1997 e estudado por nós também nesse ano (Fernandes, 1997, n.º 84), provém das intervenções arqueológicas realizadas no castelo de São Jorge, levadas a cabo por Ana Gomes e Alexandra Gaspar. Integra-se na ordem coríntia, ainda que a sua dimensão e o tratamento dos elementos decorativos indiquem um desvirtuamento tão acentuado que, obrigatoriamente, só poderá ser um produto de época tardia.

Apresenta duas coroas de folhas, semelhantes a palmetas, muito esquemáticas e totalmente aderentes ao *kalathos*, de contorno contínuo. A coroa superior, é similar, ainda que a parte superior das folhas se desgarre ligeiramente do corpo do capitel, mantendo no entanto um aspecto maciço. A decorar o ábaco, observa-se um elemento de difícil interpretação mas que pensamos ser uma pinha, ornamento usual em capitéis coríntios mas que aqui surge sem qualquer coerência orgânica. Estes elementos, no seu conjunto e a desproporção que o exemplar apresenta leva a aproximá-lo de peças tunisinas, concretamente de Útica (Pensabene, 1986, p. 368, fig. 29-a), mas também de exemplares centro imperiais, como é o caso de Óstia (Pensabene, 1973, p. 78, n.ºs 318 e 320), com cronologias que apontam para os finais do século III d.C. ou, mais provavelmente, para a seguinte centúria.

3.10. Capitel depositado na Associação dos Arqueólogos Portugueses

Trata-se de um capitel coríntio, em calcário, já estudado em 1997 (Fernandes, 1997, n.º 83). Não possuímos informações acerca da proveniência desta peça; no entanto, Vieira da Silva (1987, pp. 117–118) fornece a indicação de que, em 1922, em obras que se realizavam nas caves de um prédio da Rua das Canastras, foram encontrados vários elementos romanos, entre os quais uma coluna e um capitel (Silva, 1944, pp. 215, 216, n.º 102). No mesmo local, mas 5 m abaixo, foi então também encontrada uma estrutura de cais em cantaria e com tabuleiro em *opus signinum*. Não podemos ter a

certeza, no entanto, de que este capitel seja o que se encontra em exposição no Museu Arqueológico do Carmo. Curiosamente, também da Rua das Canastras provém o capitel jónico que analisámos anteriormente (*vide* capítulo 3.6), indicando ou uma intensa ocupação na Época Romana desta zona ribeirinha ou uma funcionalidade de despejo e aterro que poderá justificar o elevado número de peças que aqui surgem. Inclinamo-nos antes para que esta peça seja a referida por Júlio de Castilho, que fala de um “capitel compósito” encontrado em Santa Apolónia em 1870 e que foi entregue à Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses, encontrando-se na capela-mor do Museu do Carmo (Castilho, 1934, p. 107). No entanto, nem o capitel que agora apresentamos é compósito, nem talhado em basalto, como refere o autor.

O corpo do capitel é decorado por duas coroas de folhas, muito esquemáticas, cujos lóbulos se dispõem dos dois lados de uma espessa nervura central. Os caulículos, que se elevam a partir da segunda coroa de folhas, são grossos e altos. Deles saem as folhas das hélices e das volutas laterais que se posicionam quase horizontalmente, afastando estes ornamentos da morfologia que detinham até meados do século II d.C. No conjunto, o aspecto maciço deste exemplar e a ausência de proporção entre os vários elementos constituintes, para além das características dos pormenores decorativos, obrigam a considerar um trabalho tardio, muito possivelmente os finais do século III d.C.

3.11. Rua dos Correiros (Núcleo Arqueológico do BCP)

Na intervenção arqueológica levada a cabo onde hoje é o Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (dirigida por Jacinta Bugalhão, a quem agradecemos a indicação), foi exumado, em 1994, um pequeno fragmento de capitel em calcário. As pequenas dimensões não permitem identificar claramente a peça a que pertencia, mas pensamos tratar-se de um capitel coríntio, uma vez que se conserva a parte final do enrolamento espiraliforme de uma voluta e a parte superior de uma folha corintizante, angular. Nesta folha identificam-se alguns lóbulos, sendo que o inferior se sobrepõe ao seguinte, formando um ponto de sombra profundo, criado por trabalho a trépano. Ainda que seja impossível saber a cronologia deste exemplar, sublinhado pelo facto de ter surgido em contextos dos séculos XVII e XVIII, pensamos poder atribuí-lo a época flaviana ou posterior, dado o intenso efeito claro/escuro observado nos lóbulos da folha.

4. Bases da cidade de Felicitas Iulia Olisipo

São em reduzido número as bases que conhecemos em *Olisipo* (Quadro 1, Fig. 1). Uma delas, analisada por nós em 1999, provém da Casa dos Bicos (Fernandes, 1999, pp. 113–135) (N.º inv. 514/inv. Geral: 5504) e constitui um dos exemplares típicos da base ática, podendo-se-lhe atribuir uma cronologia do século II d.C., à semelhança da datação indicada para o capitel corintizante encontrado no mesmo local.

No caso do teatro, contabilizamos apenas três bases, as quais foram estudadas em trabalho recente (Fernandes, 2004-2005, pp. 83-94) (n.ºs inv.: TRL/1966-67/28E.A; T.RuaL/1966-67/155E.A; T.RuaL/1966-67/102E.A). Também estes elementos empregam o mesmo tipo de material dos capitéis, o biocalcareo, o qual seria posteriormente coberto com estuque. Esta similitude entre bases e capitéis seria de esperar, uma vez que são coevos da primeira fase construtiva deste monumento público.

Como já havíamos mencionado, também aqui encontramos parte do fuste – ou imoscapo – incluído no corpo da base. O único exemplar em que tal não acontece, corresponde a uma base ática, com os três elementos constituintes: plinto, toros e escapo central, mas posicionados de tal forma que imediatamente denunciam um arcaísmo marcante, uma vez que estas partes constituintes se sobrepõem sem que o escapo ocupe um lugar de destaque ou adopte o perfil parabólico (de ligação entre toros de diâmetro diferente), característica que define a total explanação da base ática. Mais uma vez, a cronologia que apontamos para estes exemplares é, pelas características expostas e similitude técnica com os capitéis, os inícios do século I, a época de fundação do teatro romano de *Olisipo* (entre outros: Fernandes, 2007, pp. 27–39, 2009, pp. 139–168).

Outra peça foi dada a conhecer em 1996, numa intervenção arqueológica levada a cabo pelo então IPPAR na Baixa Pombalina (Marques & Santos, 1996, p. 201). Encontrava-se associada a outros vestígios romanos, como é o caso de *opus signinum* (Marques & Santos, 1996, p. 201). Trata-se de uma peça em calcário, com dois toros estreitos sobrepostos e separados por escapos também pequenos e pouco profundos, separados entre si por múltiplas molduras. Inferiormente possui um plinto quadrado, que se encontra partido.

Este elemento corresponde a uma base ática evolucionada, com distintos diâmetros dos toros e várias molduras a separar os elementos. Pode ser comparada ao esquema compositivo enunciado pelas bases do *postcaenium* do teatro de *Saguntum* (Martorell, 1990, pp. 25, n.º B.8) ou seja: plinto / bocel / listel / verdugo / listel / bocel / imoscapo.

O facto de este exemplar possuir duas escócias, ainda que pouco desenvolvidas, leva a que se aproxime da chamada base “jónico-ática”, que surge, essencialmente, a partir da época flaviana mas sobretudo com Trajano e Adriano (Martorell, 1990, p. 89). Atribuímos uma cronologia do século II d.C. a este exemplar.

Por último, outra base foi registada na Rua Augusta (n.ºs 61–69; Rua da Conceição n.ºs 84–98, n.ºs 2–10, Rua dos Sapateiros) quando, em 2000, se fizeram obras de remodelação nesse edifício, sendo alargada a área da cave, já existente. Em contextos romanos, mas de cronologia indeterminada, foi encontrada uma base em mármore (Ferreira, 2000, pp. 26, 27, fig. 4) composta por um plinto quadrado, sobreposto por um toro em forma de quarto de círculo reverso (Bonneville, 1980, p. 95, n.º 20) que se liga a um sumoscapo alto através de uma moldura. Poderíamos pensar que o facto de possuir um sumoscapo, para ligar ao fuste de coluna que se sobrepunha, fosse um indicador de anterioridade cronológica. No entanto, a linguagem que observamos neste exemplar é totalmente distinta da que observamos, por exemplo, nas peças do teatro, já referidas. Esta peça é em mármore, apresenta dimensões bastante mais pequenas e a morfologia é acentuadamente simplificada. Apesar de não conseguirmos definir uma data para esta base, pensamos que a cronologia deverá apontar para épocas tardias.

5. Capeamentos de ara de *Felicitas Iulia Olisipo* e outros monumentos epigráficos

Não podíamos deixar de incluir nesta recolha os capeamentos de ara, isto é, a parte superior de alguns monumentos funerários que ostentam uma composição morfológica e decorativa que os define como elementos praticamente independentes (Quadro 1, Mapa 1).

Tivemos ocasião de comentar em algumas ocasiões estas peças (Fernandes, 1996, pp. 179–187, 2007, pp. 291–336), mas retomamos o tema pois “...este tipo de monumentos funerários depara-se assaz curioso não apenas pela morfologia (...) mas, de igual modo, pela rigidez dos motivos que emprega. Percebe-se claramente nestas peças uma linguagem acentuadamente mais elabo-

rada mas a qual se restringe a um conjunto de *ornamenta* bem mais padronizado do que o observado nos capitéis jónicos, ainda que o léxico decorativo derive directamente destes últimos” (Fernandes, 1997, p. 330). Como afirmámos no início deste trabalho, referimos apenas as peças surgidas na cidade. Mas se alargássemos a área de pesquisa ao *territorium*, o número em muito aumentaria uma vez que se registam peças em Torres Vedras (2), Mafra (4), Sintra (11), Cascais (3) e Loures (1), num total de vinte e uma peças⁷ (Vieira, 1998) sendo a região de Sintra a que concentra, incomparavelmente, um maior número, essencialmente na localidade de Faião, de onde provêm cinco exemplares.

Para além destes elementos funerários, outros monumentos epigráficos haverá que igualmente poderão fornecer outras indicações quanto à decoração arquitectónica.

5.1. Capeamentos de ara

O primeiro exemplar que analisamos provém da Casa dos Bicos (Fernandes, 1999a, pp. 113–135). É composto por dois registos decorativos, sendo o inferior decorado por uma faixa com motivos vegetalistas, que constituem uma estilização do *kyma* lésbico. O registo ornamental superior, ou *fastigium*, é separado da base por duas pequenas molduras, ostenta duas volutas com roseta central trilobada, relevada, sendo que os *pulvini*, que prolongam lateralmente as volutas frontais, são decorados por folhas de água de talhe muito acentuado. Os *pulvini* apresentam-se como verdadeiros balaústres e possuem um *balteus* central. Duas rosetas ladeiam o florão central o qual, apesar de não se ter conservado, deverá corresponder, como é usual, a uma palmeta. A parte interna da peça, ou seja, o *focus*, encontra-se rebaixada e rudemente afeiçãoada. Os pormenores decorativos per-



Fig. 6 Capeamento de ara proveniente do castelo de São Jorge (Museu da Cidade). (Fotografia de Lídia Fernandes, Museu da Cidade).

mitem datar este exemplar do século II d.C., possivelmente dos finais da centúria⁸. De sublinhar a enorme semelhança entre este capeamento e um outro proveniente de Loures (Póvoa de Santo Adrião) que se encontra no Museu Nacional de Arqueologia (Matos, 1995, p. 120, n.º 55). Curiosa esta situação uma vez que, quer o capitel proveniente da *villa* romana de Frielas, quer este capeamento de ara, recolhido a cerca de 2/3 km de distância, apresentam similitudes marcantes com duas peças equivalentes de *Olisipo*: respectivamente, o capitel das termas dos Cássios e o capeamento de ara da Casa dos Bicos.

Um pouco mais tardio é um outro capeamento funerário, em exposição no Museu da Cidade, proveniente do Paço da Alcáçova do Castelo de São Jorge (Fig. 6).

Apresenta igualmente dois registos, sendo a base decorada por motivos vegetalistas estilizados, marcados por grossas molduras, separados por pequenas pontas de flecha que pouco têm de real. No *fastigium*, apesar da peça se encontrar muito partida, é possível adivinhar o arranque da palmeta central. A ladeá-lo, na base, também se observam duas rosetas, tetrapétalas, com trépano bem marcado. Outra roseta, semelhante, decora o centro da única voluta que se conserva e que liga ao *pulvinus* lateral, decorado por repetitivos traços que representam as folhas. Este esquematismo tão acentuado e as grosseiras molduras que observámos na base leva a propor uma cronologia mais tardia para esta peça, possivelmente os finais do século II ou inícios da seguinte centúria.

Embebida na muralha do castelo, no seu lado oriental, encontra-se uma outra peça que pensamos ser inédita. Trata-se de um fragmento que abrange a parte frontal com a sua base e *fastigium* (Fig. 7). A parte inferior, acentuadamente mais alta que nas peças antes referidas, encontra-se decorada por largas linguetas côncavas. A separação com o *fastigium* é feita por uma faixa moldurada, sendo que nesta parte superior, apenas se observa o arranque da palmeta central, semelhante a uma antefixa. Peça semelhante encontra-se no Museu de Torres Vedras, ainda que aqui se verifique um



Fig. 7 Capeamento de ara reaproveitada nas muralhas do castelo de São Jorge. (Fotografia de Lídia Fernandes, Museu da Cidade).

talhe mais rude e molduras mais largas. Pensamos que a maior altura do *plinthus* indica uma cronologia mais tardia. Datamos este exemplar do século III d.C.

Um outro fragmento foi registado no interior de um edifício do Pátio da Sr.^a da Murça n.º 18, em trabalhos arqueológicos realizados em 2007 pela Empresa Era Arqueologia (Pereira, 2007). Trata-se de um fragmento de *pulvinus*, que se encontra embebido na alvenaria da parede. O estado de conservação da superfície é extremamente deficiente, no entanto é indiscutível que se trata da parte superior de um monumento funerário, correspondendo à parte do *fastigium* e conservando uma voluta completa. Esta voluta apresenta seis pétalas alongadas, apresentando, como que em segundo plano, a parte final de outras pétalas, num total de oito. Apesar de a parte restante do *fastigium* se encontrar decorada, não é possível perceber o tipo de ornamentação. Aquele tipo de roseta, de recorte delicado e minucioso, poderá ser aproximado a algumas decorações em monumentos funerários similares de *Augusta Emerita* (Nogales & Márquez, 2002, p. 125, fig. 3-a), atribuíveis à época de fundação romana; ou com alguns frisos augustanos da província da Narbonense (Janon, 1986, p. 28), de igual modo, datamos este exemplar do século I d.C.

Curiosamente, foi encontrado por Frei Manuel do Cenáculo, em 1776, um cipo funerário em local muito próximo, concretamente na Rua de São João da Praça, em frente ao Palácio dos Senhores de Murça (Silva, 1944, p. 205, n.º 92). No desenho deste investigador, visualiza-se um capeamento sem plinto, apenas com *fastigium*, decorado por duas volutas decoradas por rosetas quadripétalas e uma palmeta central, ainda que este desenho se trate meramente de um esboço e, por esse facto, suscite algumas dúvidas.

Dois elementos arquitectónicos foram encontrados, em 2004, no n.º 2 da Rua da Saudade (Empresa Era-Arqueologia) (Brazuna, 2005, p. 37). Tivemos oportunidade de oportunamente comentar este achado (Fernandes, 2007, p. 330 e n. 41), sobretudo em relação à interpretação e cronologia que se apresenta no Relatório dos Trabalhos Arqueológicos onde está expressa a nossa informação sem que se faça qualquer referência ao apoio solicitado. Um desses elementos é um fragmento de capeamento de ara, em mármore, do qual somente se conserva parte de duas rosetas que ladeiam a palmeta central do *fastigium* (Fernandes, 2007, fig. 43). As rosetas, quadripétalas e com botão central, apresentam concavidades de trépano não disfarçado, denunciando um trabalho pouco esmerado. No entanto, o clássico léxico ornamental e o emprego do mármore em vez do calcário, leva a propor uma cronologia ainda da segunda centúria, talvez finais.

Por último, não podemos deixar de mencionar um outro monumento que se encontra actualmente nos jardins do Palácio Fronteira (freguesia de São Domingos de Benfica) (Fernandes, 1996, pp. 179-187). Ainda que este exemplar esteja hoje neste local, é de crer que terá sido deslocado do seu sítio original. Desconhecemos a sua proveniência e poderá ter sido recolhido em *Olisipo*, ou na zona de Sintra, concretamente em Odrinhas, onde se registam inúmeros monumentos funerários com idêntica decoração. Apesar de não se afastar muito da peça proveniente da Casa dos Bicos, apresenta uma base decorada com rosetas inscritas em molduras circulares que contrastam com a ornamentação padronizada da parte superior do monumento e com a delicadeza expressa no talhe. Temos, mais uma vez, uma dualidade de motivos que comprovam a incorporação simultânea dos modelos centro-imperiais (mesmo que vindos via capital de província), com *ornamenta* que, tendo na base um elemento clássico, o desvirtuam e transformam, segundo uma linguagem muito mais arcaica mas, também, muito mais próxima e mais inteligível. Concretizando o que acabamos de referir, os ornamentos circulares a que fizemos referência, por exemplo, descendem do *kyma* lésbio trilobado que encontramos no templo de *Venus Genetrix* do *Forum* de César, em Roma (Mililla, 2004, p. 70, fig. 18) mas já tão modificado que pouca relação estabelece com os elementos originais. Esta peça pode ser datada do século II d.C.

5.2. Outros monumentos epigráficos

Ainda que afortunadamente o panorama epigráfico relativo à cidade de *Olisipo* não seja de menosprezar (Silva, 1940; Mantas, 1994, pp. 70–76 e bibliografia indicada), os monumentos que evidenciam decoração são em reduzido número. Não pretendemos apresentar uma listagem exaustiva de peças, apenas salientar algumas das mais relevantes quanto à vertente que ora tratamos (Quadro 1, Fig. 1).

A primeira diz respeito a um outro elemento encontrado também na Rua da Saudade n.º 2 (Brazuna, 2005, pp. 26, 37, fot. n.º 44). Trata-se de um interessante fragmento talvez pertencente a uma edícula de um monumento funerário ou uma estela de igual índole, como vemos em inúmeros monumentos epigráficos, como os que se observam no Museu Municipal de Faro (n.ºs inv. 441, 442, 443 e 518), ou, apresentando um exemplo paradigmático, como a ornamentação no altar de *Catia Faustina*, da *Via Appia* (Museu de Torlonia; Kleiner, 1992, p. 308, fig. 277) datado c. 150 d.C.

O aspecto mais relevante neste elemento da Rua da Saudade, é o facto de ainda manter parte da sua decoração que deveria consistir num frontão triangular (do qual se conserva parte) suportado por duas pilastras de ordem coríntia, da qual somente se conserva a parte superior de uma (lado direito), correspondente ao capitel e início do fuste com caneluras profundas. A peça 518 acima referida (MMF) possui o mesmo esquema de frontão triangular suportado por duas pilastras, cada uma com o seu capitel coríntio. Esta peça, de muito boa qualidade, é datada de época imperial (*Catálogo Caminhos do Algarve Romano*, 2005, p. 87). A peça de *Olisipo* não apresenta um talhe tão cuidado mas, em contrapartida, ostenta um capitel coríntio decorado com grande pormenor o que não é vulgar neste tipo de monumentos onde a ornamentação, por ser tão pequena, geralmente é mais esboçada que verdadeiramente esculpida. O capitel é coríntio e, ainda que esquematizado, encontram-se presentes os vários componentes do capitel: o ábaco e respectiva flor; as folhas de ângulo e as do primeiro andar do *kalathos*. As folhas são palmetas com oito digitações. De salientar que o fuste apresenta caneluras com demarcação, na parte superior, de meios círculos. Esta característica é comum em peças antigas, tal como encontramos em capitéis que mantêm o sumoscapo no mesmo bloco, datáveis dos finais do século I (Tardy, 1989, pp. 130, 132, 134), datação idêntica à que propomos para este exemplar, ou ainda de uma estela de Cástulo que apresenta um capitel semelhante, tal como idêntica é a particularidade da finalização das caneluras do fuste. Esta peça encontra-se datada de meados do século I podendo prolongar-se até à 1.ª metade da seguinte centúria (Baena, 1993, p. 72, Lámina 1.1, pp. 63–76).

Sobre os tipos de monumentos e rituais funerários existentes na cidade de *Olisipo*, as informações que possuímos continuam a ser muito parcas (cf. entre outros, Caetano, 2002, pp. 313–334; Ribeiro, 1974–1977, pp. 277–329; Silva, 1944). Neste âmbito, será incontornável a referência à célebre tampa de sarcófago, encontrada em Chelas e datável dos meados ou finais do século III (actualmente no MNA), ainda que segundo outros autores possa ser atribuída aos inícios do século III (Matos, 1995, pp. 104–107), opinião da qual nos afastamos, com a representação de poetas e musas, e que Vasco de Souza considera ser uma peça importada de Roma (Souza, 1990, p. 72, n.º 139).

O trabalho é de qualidade, evidenciando acentuados efeitos de claro/escuro e alternância de volumes, sendo a prova de que, nesta altura, existiria um público que continuava a exigir produtos esteticamente distintos ou, possivelmente, a importar peças que comprovavam, no extremo ocidental do Império, o seu poderio económico e a importância do estatuto social. Mas em relação a esta peça não podemos deixar de questionar o facto de ser uma peça importada. Se compararmos esta tampa de sarcófago com o exemplar, figurativa e compositivamente igual, existente na Catedral de Cartagena, em Múrcia, datado do período tetrárquico (Nadal, 2004, pp. 273–306, fig. 6-a), vemos

claramente uma diferença técnica e estética marcantes, constituindo este último exemplar, um trabalho muito superior. Assim sendo, porque não colocar a hipótese deste sarcófago de Chelas ser produto de um *atelier* provincial e não de uma importação, uma vez que a essa mesma conclusão se havia chegado em relação ao sarcófago de Alfeizerão (Leiria), também publicado por Vasco de Souza (1990, p. 48, n.º 136) que, neste caso, o atribui a um *atelier* provincial e aos inícios do século IV.

Já fora da cidade, o sarcófago proveniente de Castanheira do Ribatejo, de meados do século III, é uma peça de evidente qualidade, de importação oriental, comprovando mais uma vez uma elite interessada em mostrar o seu requinte, o seu dinheiro e o seu estatuto (Matos, 1995, pp. 100–101; Souza, 1990, n.º 140).

6. Outros elementos arquitectónicos

Este grupo será o mais vasto dos elementos que, no âmbito deste pequeno trabalho, podem ser analisados, pois são em bastante maior número. Paralelamente, será também o conjunto que menor informação nos poderá fornecer, porque, na sua grande maioria, se refere a elementos descontextualizados, se não do contexto de escavação, seguramente do edifício a que terão pertencido. Incluem-se neste grande grupo os frisos, cornijas e arquivadas (Quadro 1, Fig. 1). De fora ficam as molduras simples, capeamentos ou simples placas. Estas peças surgem amiúde nas intervenções arqueológicas, na maior parte dos casos totalmente descontextualizadas. Em outras situações, como é o caso do teatro, são em tão grande número que só a sua análise justificaria um trabalho distinto. Não se apresentam, pois, nem os fustes, as inúmeras cornijas, em calcário e em mármore, nem os frisos, placas e outros elementos que têm sido recolhidos ao longo das várias campanhas mas, sobretudo na década de 1960.

Assinalam-se ainda, fragmentos de placas que funcionariam como elementos de revestimento de múltiplas construções, como acontece nas galerias romanas da Rua da Prata, alguns recolhidos na intervenção arqueológica realizada pelo Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade (CML) (Lídia Fernandes e Manuela Leitão) e outros em recolhas superficiais efectuadas na galeria das nascentes ao longo dos anos. Também na escavação realizada no claustro da Sé e na Casa dos Bicos⁹, ou ainda nas Termas dos Cássios, se recolheram inúmeros materiais arquitectónicos que se encontram por estudar. Daquele último local são vários os contentores que se recolheram com fragmentos de capeamento, em mármore branco e de cor cinza com venadas brancas, que decerto revestiram as paredes do edifício termal.

6.1. Cornijas

Neste grupo, separamos os elementos decorados dos que não ostentam qualquer ornamentação¹⁰. Quanto ao primeiro grupo, os dois primeiros exemplares que analisamos são provenientes do teatro romano de Lisboa (Fig. 8). São dois fragmentos de cornija que, apesar de não colarem si pertencem à mesma parte do edifício. Foram encontrados por Irisalva Moita encontrando-se referidos, no seu caderno de campo no qual, aliás, desenha um pequeno croqui. Pertencem ambos à mesma parte do edifício, ainda que não colem, apresentando o menor, uma concavidade rectangular, na parte superior, para encaixe com o entablamento. O aspecto mais importante é o material em que se encontram talhados. Optou-se por um calcário pouco homogéneo, de cor escura, mas de melhor qualidade que o calcário conquífero ou biocalcarenito. Apresenta uma decoração formada por ele-

mentos bem delineados, de volume bem definido, criando profundidade visual. Os óvulos são inteiros, as molduras largas mas elegantes e a separação é feita por lancetas finas de terminação triangular. A utilização das lancetas finas, e não das pontas de flecha, como se virá a observar em época tardia julio-claudiana e flaviana, assim como o facto de os óvulos se apresentarem inteiros e ligeiramente apontados, indica uma cronologia dos inícios do século I d.C. (Pensabene, 1973, p. 212). O talhe oblíquo das molduras, por exemplo, oferece efeitos contrastantes, mas, simultaneamente, de cuidadosa profundidade. Claramente estes elementos seriam depois estucados, no entanto, optou-se por um calcário de grão mais fino do que o empregue nos elementos arquitectónicos de maiores dimensões, como o caso dos capitéis e bases.

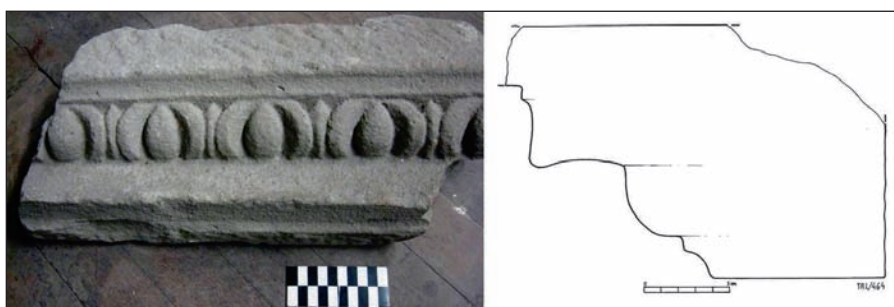


Fig. 8 Fragmento de cornija decorada do teatro romano de Lisboa. (Fotografia e desenho de Lídia Fernandes, Museu da Cidade).

Integramos estas peças no primeiro momento construtivo do teatro, com idêntica cronologia atribuída aos restantes elementos revestidos a estuque.

Outra peça, sem decoração, encontra-se actualmente na Secretaria-Geral do Ministério do Equipamento do Planeamento e Administração do Território (Rua São Mamede n.º A2 e B) (Fernandes, 2000, p. 18, figs. 15 e 16), tendo sido recolhida no decurso da escavação realizada no Ministério das Obras Públicas em 1991-1992, no mesmo local onde foi encontrado o capitel que analisámos no capítulo 3.4, ou seja, integraria as já mencionadas termas dos Cássios. É talhado em pedra lioz rosa, tem cerca de 1 m de comprimento e encontra-se em muito mau estado de conservação, mantendo apenas o arranque de quatro dentículos. Na parte inferior apresenta uma concavidade rectangular para integração na parte inferior do edifício. Apesar de ser muito difícil apresentar uma cronologia para esta peça, a similitude que evidencia com o material das pedras dos *proscenium* do teatro romano, datado de 57 d.C. e a proximidade com este edifício, leva a propor uma cronologia similar.

Outro exemplar, também decorado, encontra-se no Castelo de São Jorge, dispendentemente tombado à entrada do centro interpretativo (Fig. 9). É um fragmento de cornija que se incluiria num entablamento de um edifício. Posiciona-se em avanço em relação à fachada do edifício, razão



Fig. 9 Cornija que se encontra no chão defronte ao centro interpretativo no castelo de São Jorge (Fotografia de Lídia Fernandes, Museu da Cidade).

pela qual, normalmente, a sua face inferior ostenta decoração uma vez que seria visível. A tratar-se de uma cornija, seria a partir dela que arrancaria o frontão triangular que finalizava a composição.

Este exemplar, talhado em pedra de lioz, apresenta conservados três denticulos de secção quadrada, que se ligam à base através de uma dupla moldura, sendo o intervalo entre eles decorado por uma flor. Apenas se conservam duas flores e o início de uma outra. Estes motivos são delicadamente talhados, evidenciando grande pormenor e morfologias distintas: ambas as flores possuem quatro pétalas e botão central relevado. Numa flor, as pétalas são duplas, sobrepondo-se, e adoptam uma morfologia apontada, de forma a representar movimento, constituindo o que se designa por “flor em girândola” e, na outra flor, pequenas pétalas surgem por entre as maiores, formando uma composição distinta. A delicadeza dos motivos e a qualidade do talhe evidenciam trabalho de uma boa oficina, embora seja difícil encontrar paralelos. Para a flor em girândola, algumas cornijas de *Colonia Patricia*, datadas de época tardia augustana ou já de período posterior (Márquez, 1988, n.ºs 2 e 70), podem auxiliar para uma precisão cronológica que, pensamos, não se afastará da atribuída àqueles exemplares.

Outra cornija foi registada nas escavações efectuadas na Praça da Figueira em 2000–2001 (dirigidas pelos arqueólogos Marina Carvalhinhos e Rodrigo B. Silva, do Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade, CML). Trata-se muito provavelmente de um fragmento que se incluiria num entablamento de edifício, correspondendo ao elemento horizontal que remataria o monumento na sua parte superior (conserva mais de 1 m de comprimento) (Fernandes, 2007, pp. 291–336). A tratar-se da cornija, seria a partir dele que arrancaria o frontão triangular que finalizaria a composição. Também se poderá colocar a hipótese de ter pertencido ao pórtico que terá delimitado a via romana identificada no local (Silva, 2005).

O facto de não apresentar decoração dificulta uma análise comparativa. A composição aqui em presença é das mais simples, ainda que seja evidente uma linearidade perfeita, comprovando um talhe de boa realização técnica. Temos, deste modo, um conjunto ritmado por denticulos, de secção quadrada, em número de cinco, apresentando dois denticulos no lado menor do bloco e quatro no lado maior, uma vez que o fragmento conservado corresponde ao ângulo da peça. Temos paralelos para este exemplar em numerosos locais, como acontece em *Corduba* (Márquez, 1998, n.º 900, p. 161), *Segobriga* (Abascal & alii, 2004, pp. 219–244, figs. 14, 17, 18, 22 e pp. 234, 235) ou *Clunia* (Gutiérrez, 2004, p. 276).

Apesar de este exemplar nos surgir em contextos tardios do século III, essa época é a da destruição do monumento em que se integraria, e não do momento da sua elaboração. Pensamos poder considerar esta peça como um protótipo da sobriedade típica da decoração arquitectónica júlio-claudiana, talvez de finais deste período.

6.2. Frisos

Apresentamos somente alguns materiais de que temos conhecimento e/ou que se encontram publicados, com a certeza, porém, de que muitos outros terão surgido nas últimas intervenções arqueológicas realizadas na cidade de Lisboa.

Um pequeno friso foi observado por nós, em 1994, na esquina entre a Calçada do Correio-Velho e o Largo de Santo António, talhado em mármore; outro elemento foi encontrado na intervenção arqueológica realizada na antiga loja do Mandarin Chinês (Bugalhão, 2003, pp. 127–146, fig. 6), reaproveitado numa construção da Época Islâmica.

Um pequeno friso embebido nas edificações do castelo encontra-se à vista de quem o quiser observar e, provavelmente, um olhar mais atento às paredes e muros deste local evidenciará novos elementos, como acontece com o fragmento de palmeta que se encontra embebido nas muralhas de acesso ao castelejo, ainda que a sua identificação como “visigótica” nos pareça discutível (Janeiro, 1993, p. 33), ou ainda o capeamento de ara, acima referido, que se encontra integrado no pano de muralha que corre junto à Igreja do Menino de Deus.

6.3. Outros elementos

Incluimos neste capítulo aquelas peças que, morfológicamente, não se enquadram nos grupos anteriores, mas que testemunham uma variedade de materiais que, perante a escassez de peças que hoje se preservam, deverão ser tidos em conta.

Incontornável, neste contexto, o pavimento composto por lajes calcárias e marmóreas que revestem a *orchestra* do teatro (Figs. 10 e 11) Reconstituído graficamente por Hauschild no levantamento que faz das ruínas do monumento romano entre 1985 e 1988 (1990, Beilage 2, Abb. 6), consegue-se perceber a qualidade do trabalho e do cuidado imposto na sua realização, já que implicaria um cuidadoso corte das placas de forma a encaixarem na perfeição. Esta composição é formada por grandes placas quadradas, em rosa claro (calcário margoso), delimitadas por placas retangulares cinzentas (mármore da região de Trigaches) e placas quadradas, pequenas, que finalizariam os topos das lajes anteriores e que ostentam um cor rosa vivo (calcário margoso). Esta composição exigiria, assim, um estudo prévio do desenho e do respectivo encaixe no espaço que, sendo circular num dos seus lados, obrigaria a um recorte singular de cada uma das peças que encostariam à face da estrutura da *proedria*. Outro pormenor é o facto de as peças apresentarem nos respectivos limites um corte biselado. Este detalhe atesta a preocupação de se conseguir uma perfeita união das juntas e um reforço interno com argamassa muito fina feita à base de cal.

Esta estereotomia compositiva indica um trabalho realizado por um *atelier* vindo especialmente para o efeito, não sabemos se de *Augusta Emerita* ou se de outro centro peninsular mais ligado



Fig. 10 Perspectiva geral do teatro (de sudoeste para nordeste), observando-se, em primeiro plano, a área da *orchestra* onde se registam os negativos na argamassa, da pavimentação original. (Museu da Cidade).



Fig. 11 Pormenor de algumas lajes do pavimento da *orchestra*. (Fotografia de Lídia Fernandes, Museu da Cidade).

às novas modas centro-imperiais. Não nos esqueçamos de que o mármore constituía então, em 57 d.C. — altura em que a *orchestra* recebe um novo pavimento e a estrutura do *proscenium* é refeita (Fernandes & Caessa, 2006–2007, pp. 83–102), um material novo na plástica decorativa e, como tal, exigiria técnicas distintas das, até então, empregues.

A cúria da cidade de *Nova Carthago* apresenta uma pavimentação muito similar e é datada de época tardo-augustana ou júlio-claudiana (Soler, 2004, pp. 455–483), e são vários os pavimentos de *orchestra* de espaços cénicos que possuem uma composição muito próxima.

Também do teatro, mas recolhido na intervenção arqueológica realizada em 2005, é um fragmento de arquitrave (Fig. 12) em calcário preto muito compacto, que se encontrava reaproveitado num embasamento de época moderna. Este elemento foi talhado num calcário uniforme sem venaturas¹¹, de tonalidade escura quase negra e nele encaixaria superiormente um outro elemento, tal como o indicia o perfil em ângulo recto reentrante da sua parte superior. Desconhecemos onde esta peça se integraria do edifício do teatro romano. Como se observa pelo perfil, as molduras que constituem a arquitrave são simétricas, superior e inferiormente, sendo compostas por um pequeno ângulo recto seguido de uma moldura em *cyma recta* ou garganta encestada (Bonnevillie, 1980, n.º 30-a). Ainda que com algumas reservas, perante a ausência de paralelos exactos, apontamos uma cronologia de meados do século I d.C. ou posterior.



Fig. 12 Arquitrave encontrada na intervenção arqueológica do teatro (2005). (Fotografia e desenho de Lídia Fernandes, Museu da Cidade).

Um pedestal, em mármore, de cor cinzenta escura (n.º inv. TRL/1965–1967/196), encontra-se em exposição no Museu do Teatro Romano, tal como o exemplar anterior. Pela sua morfologia, serviria, possivelmente, para a colocação de um busto, ainda que a peça se encontre partida na parte superior, impedindo-nos de ser mais assertivos quanto à sua funcionalidade. Apesar de ter sido talhada em mármore, o bloco apresenta grandes defeitos pétreos na sua parte tardoz, o que terá levado à opção de, exclusivamente, trabalhar a face frontal, encontrando-se a face oposta totalmente recta, com acabamento muito imperfeito o que obrigaria a um adossamento. A moldura que observamos por cima do plinto quadrado é simples, e o seu talhe possui algumas incorrecções na demarcação horizontal da moldura. O plinto, que serve de base, é alto, com cerca de 20 cm de altura, encimado por uma pequena moldura em garganta reversa e com uma pequeno listel relevado a estabelecer a ligação da moldura à parte superior da peça. A superfície apresenta um tratamento pouco perfeito, tendo-se recorrido à *gradine* de percussão indirecta para o seu afeiçoamento, da qual restam vestígios do respectivo picotado.

Por fim, dos elementos mais importantes do teatro romano, são as pedras que constituiriam o *frons pulpitum* do *proscenium* (Fig. 13) que nos fornecem mais informações, não apenas pela ins-



Fig. 13 Algumas das pedras que integravam o *frons pulpitum* do *proscenium* do teatro romano. (Fotografia de Lídia Fernandes, Museu da Cidade).

crição, perfeitamente datada que corre ao longo dos elementos pétreos mas, também, pelos pormenores técnicos e estilísticos evidenciados.

Para não alongarmos a presente análise, remetemos para o estudo que elaborámos em trabalho recente (Fernandes & Caessa, 2006–2007, pp. 83–102). Algumas das pedras do *frons pulpitum* possuem uma moldura inferior com perfil em *cyma recta inversa* ainda que aqui com uma pequena variante ao possuir uma curvatura abateda, sem a elevação e elegância que este tipo de moldura geralmente apresenta (Fig. 14). Mas a composição total desta moldura é feita também por uma pequena *cyma reversa* que se sobrepõe à já referida *cyma recta inversa*. A parte inferior desta composição deveria finalizar num pequeno plinto, vertical, com uma altura de cerca de 11 cm.

A moldura em *cyma recta*, que coroa a parte superior do elemento ou do edifício, conjuga-se quase sempre com a adopção da *cyma reversa* na zona inferior. Esta solução será habitual em período proto-imperial, como é o caso do Templo Redondo de Tivoli, do século II a.C. (Shoe, 1965, pp. 177, Tav. LV, 5), da *scaena* do teatro de Arles e do ninfeu de Nimes (Amy & Gros, 1979,

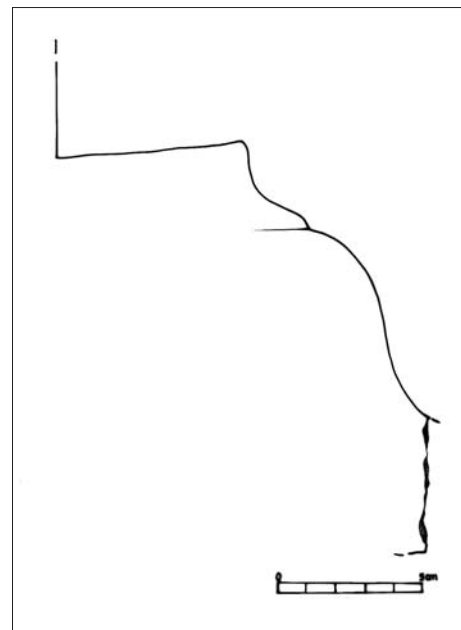


Fig. 14 Desenho da moldura inferior de uma das pedras do *proscenium*. (Desenho de Lídia Fernandes, Museu da Cidade).

pp. 171–121), ambos do século I a.C. Este tipo de molduras perdurará, razão pela qual continua a surgir em épocas posteriores, como é o caso da *frons scaenae* do teatro de Mérida, depois da remodelação da primeira metade do século I d.C. (Álvarez Martínez, 2004, pp. 312–315), uma vez que a primeira frente cénica, coeva da edificação do teatro da capital da província da Lusitânia, é atribuível à época de Augusto e Agripa.

Os vários blocos que constituem o *frons pulpitum*, oferecem uma multiplicidade de soluções denunciadoras de um trabalho de extremo cuidado e qualidade, dignas, afinal, de conter a dedicatória ao imperador Nero. Atente-se, por exemplo, no talhe biselado existente na parte superior e inferior das molduras, destinadas a melhor agarrar uma outra placa pétrea que, deste modo, ficaria integralmente fixa ao bloco principal (Fig. 14)

Outras das mais importantes peças, em nossa opinião, são as reaproveitadas na Sé Catedral (Fig. 15), para as quais Salette Salvado e Seomara da Veiga Ferreira já haviam, correctamente, chamado a atenção (Salvado & Ferreira, 1984, pp. 3–26). Uma delas encontra-se no cunhal sudoeste e é um bloco calcário de grandes dimensões, correspondendo possivelmente a um sofito, ou seja, a parte inferior do entablamento (concretamente, a parte inferior da arquitrave) de um edifício,



Fig. 15 Sofito reapregue num dos cunhais de contraforte (lado norte) da Sé de Lisboa. (Fotografia de Lídia Fernandes, Museu da Cidade).

localizando-se nos intercolúnios. Possui uma decoração moldurada que seria observada inferiormente, muito simples, correspondendo a uma pequena moldura que, vista em perfil, poderá aproximar-se à *cyma reversa*: ou seja, perfil em “gola directa” (Bonneville, 1980, p. 97, n.º 32), que se alia a um talhe biselado na ligação à parte restante da pedra. Nos lados menores, esta mesma moldura cria um semicírculo, indicando a interrupção da arquitrave pela colocação do monólito vertical constituído pela coluna. Estes elementos integram peristilos ou colunatas e normalmente não apresentam decoração, o que, presenciando-se neste exemplar, evidencia a importância do edifício, certamente público, a que pertenceu, coadunando-se com as dimensões (incompletas) que ainda conserva (comprimento: 1,96 m; altura: 0,43 m; profundidade: 0,57 m). Datamos este exemplar, com algumas reservas, dos finais do século I d.C. ou pouco posterior.

Um outro elemento, também reaproveitado na Sé de Lisboa, mas agora na parede sul do edifício, possui igualmente uma ornamentação certamente clássica, ainda que o corte que a peça posteriormente sofreu apenas permita observar uma moldura no limite maior do bloco e um enrolamento espiraliforme num dos lados menores, mas muito incompleto. Numa outra face, a peça ostenta uma decoração mais tardia, considerada visigótica pelas autoras mencionadas (Salvado & Ferreira, 1984, pp. 8–19), mas que, provavelmente, deverá ser entendida como de tradição moçárabe à semelhança do que actualmente se considera em relação à célebre peça (removida há alguns anos também das paredes da Sé) e decorado por simorgues afrontados, com uma cronologia de época moçárabe que rondará o século IX. As dimensões daquela peça (comprimento: 1,45 m, sendo que as restantes faces se encontram integradas na restante construção ou no pavimento da rua, apresentando dimensões incompletas) indicam decerto um edifício imponente ainda que não consigamos

definir nem a cronologia nem a funcionalidade. Classificado por aquelas olissipógrafas como lintel, não conseguimos saber se de facto o foi ou se terá tido outra funcionalidade. A espiral, com *cannalis* de perfil côncavo, não se visualiza na totalidade e poderá pertencer a uma voluta ou a um outro motivo. É indiscutível o cuidado do talhe, devendo certamente corresponder a uma peça alto-imperial. Estas duas peças (afastando-nos neste preciso aspecto pelo indicado pelas autoras), terão pertencido ao mesmo edifício. A molduração que apresentam, o talhe e o tipo de pedra é precisamente o mesmo, sendo pois, provável a sua atribuição ao mesmo monumento.

Outro elemento curioso é o que se encontra em exposição no Museu da Cidade. Trata-se de uma soleira de porta recolhida no decurso das escavações arqueológicas realizadas na Praça da Figueira por Irisalva Moita em 1962 (Moita, 1968, p. 46, fig. 45). Pouco retém a atenção, sendo que não possui qualquer decoração, ainda que as dimensões da peça comprovem a importância da construção em que se integrava (comprimento conservado: 1,28 m) e o facto de a sua acentuada largura (0,77 m) poder indicar que também o pavimento interior seria revestido a pedra, assim se justificando uma largura tão grande para uma soleira de porta. A larga e profunda concavidade para a entrega do ferrolho, que a peça ostenta num dos lados e o canal, profundo, talhado no centro, sublinham a interpretação *supra* referida.

O lintel de porta que foi recolhido na intervenção arqueológica de 1981–1983 realizada na Casa dos Bicos, e hoje em exposição no Museu da Cidade, documenta a sua pertença a um edifício de grande dimensão, já que o seu comprimento se aproxima dos 2 m. É um elemento monolítico e a sua face frontal é decorada por uma molduração de pouco relevo mas correctamente delineado. A ausência de elementos, quanto ao seu contexto, impede uma atribuição cronológica a esta peça.

Também provenientes da intervenção arqueológica realizada na Rua Augusta no ano 2000 (n.ºs 61–69; Rua da Conceição n.ºs 84–98, n.ºs 2-10; Rua dos Sapateiros), a que acima fizemos menção quando analisámos as bases, se registaram outros elementos arquitectónicos que a seguir se enumeram, de acordo com a listagem anexa ao relatório final da intervenção arqueológica (Ferreira, 2000, Anexo III): um fragmento de moldura em mármore; quatro segmentos de coluna em mármore; um tambor de coluna em mármore. Depreende-se que a autora se refere a fustes de coluna e não a colunas, sendo que nenhuma destas peças foi recolhida, tendo ficado, possivelmente, *in situ*. Não nos é possível tecer quaisquer comentários sobre estas peças, ainda que seja plausível integrarem o mesmo horizonte apontado para a base, sobre a qual somente se indica ter sido recolhida em contextos de abandono/destruição da Época Romana, podendo-se inferir que serão tardios, pois foram reempregues como material de construção numa estrutura igualmente de época indeterminada (Ferreira, 2000, p. 26).

7. Frescos

Neste capítulo, os exemplos de que dispomos são em reduzido número (Quadro 2 e Fig. 2). Conhecemos apenas nove registos de estações na cidade de *Olisipo*, publicados até ao momento, onde se assinala o aparecimento de frescos romanos. Certamente muitos outros haverá, ainda não publicados, como é o caso do Beco da Cardosa, em Alfama.

Um dado curioso é o facto de, na quase totalidade, exceptuando-se a Sondagem 34 da Rua dos Correiros, os revestimentos tardios apresentarem o fundo branco com pintura a vermelho, geralmente em listras, mas também com pequeninas vírgulas ou motivos que, decerto, não exigiriam artista de renome.

Quadro 2. Frescos na cidade de <i>Felicitas Iulia Olisipo</i>					
N.º	Cores	Motivos	Contexto Arquitectónico	Achado	Cronologia
1	Policromos		Teatro	Intervenção arqueológica teatro (2005 e 2006)	Inícios século I – meados século I d.C.
2	Branco/vermelho		Habitacional ou <i>tabernae</i> (?)	Intervenção arqueológica Largo do Aljube/Rua Augusto Rosa (2009)	Século III d.C.
3	?		Habitacional ou <i>tabernae</i> (?)	Intervenção arqueológica (2005). Edifício do Aljube	Século III/IV d.C. (?)
4	Policromos		?	Intervenção arqueológica (2009). Rua de São Mamede/Escadinhas de São Crispim	?
5	Policromos		Edifício público ?	Intervenção arqueológica (1994) Largo de Santo António	Século I d.C. (?)
6	Policromos		<i>Thermae Cassiorum</i>	Intervenção arqueológica (1991-1993). Termas dos Cássios	?
7	Branco/vermelho		<i>Thermae Cassiorum</i>	Intervenção arqueológica 1991-1993. Termas dos Cássios	Época tardia, século IV ou posterior
8	Branco/vermelho/Preto		Habitacional (?)	Interv, arqueológica 1991. Rua dos Correiros: Sond. 34	Século III d.C. (?)
9	Policromos		Habitacional (?)	Interv, arqueológica 1991. Rua dos Correiros: Sond. 34	Século III/IV d.C. (?)
10	Policromos		?	Intervenção arqueológica 1982/83. Casa dos Bicos	?
11	Policromos		Habitacional e público ?	Intervenção arqueológica 2004. Armazéns Sommer	Século III/IV d.C. (?)

7.1. Teatro romano

Se bem que que não tenhamos conhecimento do aparecimento de frescos no decurso das escavações arqueológicas antigas, eles foram registados nas campanhas levadas a cabo em 2005 e 2006, na zona a sul do *postcaenium*, ainda que em deposição secundária, quer da Época Moderna, quer da Época Romana (Fernandes & Pinto, 2009, pp. 170-172), desconhecendo-se assim, o contexto funcional em que estes revestimentos se integravam (Fig. 16).

Um destes fragmentos, com as cores ocre e castanho, tem a particularidade de conservar o suporte de alvenaria em que se encontrava aplicado. As restantes porções apenas possuem a camada de argamassa fina e o estuque feito à base de cal que serviria para receber a tinta, colocada sem que a camada anterior se encontrasse totalmente seca. Quanto às cores empregues, são várias as que se podem enumerar, ainda que a pequena dimensão dos fragmentos impeça a compreensão dos motivos e respectiva composição que se encontraria presente. As combinações cromáticas que observamos são as seguintes: verde-escuro e preto; verde-escuro sobre fundo verde-claro; várias tonalidades de castanho sobre verde-claro; fundo vermelho; pinceladas amarelas e rosas/alaranjado.



Fig. 16 Fragmentos de frescos policromos recolhidos na intervenção arqueológica do teatro (2005). (Fotografia de Lídia Fernandes, Museu da Cidade).

Ainda que seja impossível saber qual o motivo, as pinceladas, finas ou mais largas, indicam a presença de motivos vegetalistas, hipótese sublinhada pelo facto de serem traços curvos e irregulares.

7.2. Largo do Aljube/ Rua Augusto Rosa

A intervenção arqueológica que levámos a cabo neste local em 2009 teve como objectivo o de perceber de que forma, em termos de solução de engenharia, a encosta sul do teatro se terá alicerçado. Esta questão prende-se com a ideia de que a actual Rua Augusto Rosa respeitará o traçado de uma das antigas artérias da cidade romana (Fernandes, Sepúlveda & Antunes, no prelo). A actual orientação desta rua, a mesma de época anterior ao terramoto de 1755, e o facto de se posicionar perpendicularmente à via romana encontrada no claustro da Sé, e, simultaneamente, ao eixo do próprio teatro, levam a propor uma origem romana para este traçado, como, aliás, já vários autores haviam chamado a atenção (Silva, 2005, p. 24).

Os frescos recolhidos neste local são em grande número, mas em todos eles unicamente se observa a cor vermelha sobre fundo branco; fundo branco ou fundo vermelho. Os motivos são sempre filetes, de distintas dimensões, sobre fundo branco e em poucos se observa uma pequena flor ou motivo vegetalista que se prende ao filete, ou haste vegetalista rectilínea (Fig. 17).

Os contextos em que estes elementos se encontram são atribuíveis ao século II e III pelos inúmeros fragmentos cerâmicos que se inserem nessa cronologia, ainda que um fragmento de bordo de prato em *terra sigillata* africana clara C (L.D.A./09/206), pertencente ao tipo Hayes 50, com uma cronologia que varia entre 230/240 d.C e 400 d.C. nos leve a ponderar o século III/IV d.C. como sendo a cronologia mais fidedigna.



Fig. 17 Fragmentos de frescos recolhidos na intervenção arqueológica do Largo do Aljube/Rua Augusto Rosa (2009). (Fotografia de Lídia Fernandes, Museu da Cidade).

7.3. Edifício do Aljube

Quando realizámos a intervenção arqueológica neste local (pequeno largo defronte do n.º 40 da Rua Augusto Rosa), concluímos ser do mesmo horizonte cultural da intervenção arqueológica realizada no edifício do Aljube por Clementino Amaro e Patrícia Santos. A leitura do relatório final de escavação confirma a similitude dos horizontes culturais e cronológicos encontrados no interior e no exterior do edifício do Aljube, o que é comprovado pelos materiais cerâmicos e respectivas dia-cronias, quer por outros materiais, como seja o caso dos estuques (Amaro & Santos, 2005). Faz-se referência a múltiplos fragmentos de estuques, ainda que desconheçamos as cores que ostentariam,

sendo impossível, deste modo, estabelecer a mesma contemporaneidade com os frescos encontrados no exterior do edifício do Aljube.

7.4. Rua de São Mamede

Esta intervenção arqueológica foi realizada em 2009 por Pedro Miranda (Unidade de Projecto de Alfama da CML), Marina Carvalhinhos e Nuno Mota (Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade da CML), e localizou-se ao fundo da Rua de São Mamede, junto à Escadinhas de São Crispim. Ainda que os elementos se resumam a fragmentos muito pequenos, policromos, é de assinalar a quantidade exumada, sobretudo se tivermos em atenção a pouca dimensão da sondagem efectuada.

7.5. Largo de Santo António

Neste local, a que já nos referimos, registou-se, de igual modo, o aparecimento de inúmeros fragmentos de frescos pintados de várias cores, destacando-se o vermelho e ocre, mas também o verde-escuro e listéis negros. A face interior do edifício romano, referido no início deste trabalho, oferecia também um tratamento específico, apresentando uma camada de argamassa de cal de cor branca, cujo objectivo era o da regularização da superfície, observando-se em alguns locais um reboco, também branco, feito à base de cal, muito fino, semelhante a *opus albarium*, que deverá corresponder à camada preparatória de aplicação dos frescos.

7.6. Termas dos Cássios

Como anteriormente referido, não possuímos relatórios completos da intervenção arqueológica realizada neste local (Fernandes, 2009, pp. 191–207). O edifício romano exumado corresponde às Termas Cassianas, a que fizemos referência no início deste trabalho, e sobre o qual já nos detivemos mais detalhadamente quando analisámos o capitel jónico encontrado em edifício contíguo edifício termal.

Os frescos encontrados na altura da intervenção são policromos, evidenciando múltiplas cores, variando entre o azul e o verde-escuro, verde-claro, encarnado, ocres, etc. Não obstante, numa das paredes pertencentes às termas encontra-se *in situ* uma porção de estuque que evidencia fundo branco e faixas vermelhas (Fig. 18), atribuível, por tal facto, à última fase de ocupação deste espaço depois das obras de remodelação operadas no século IV d.C ou, inclusivamente, de época posterior.



Fig. 18 Frescos *in situ* de uma das paredes das termas dos Cássios. (Fotografia de Lídia Fernandes, Museu da Cidade).

7.7. Sondagem 34 da Rua dos Correeiros

Neste local, precisamente no cruzamento entre a Rua de São Nicolau e a Rua dos Correeiros, foi realizada uma intervenção arqueológica em 1991 (Fernandes & *alii*, 1991), onde, a cerca de 3,50 m de profundidade, foi encontrada uma cetária. Este achado decerto se inscreve no mesmo horizonte do núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros, situado a SW. Os frescos que naquele local foram detectados encontravam-se *in situ*, com a particularidade de terem sido registados em dois níveis sobrepostos, documentando uma possível remodelação do edifício e consequente alteração de gosto.

O revestimento inferior, o mais antigo, possuía composição geométrica composta por conjuntos de três filetes negros sobre fundo rosa claro ou bege rosado. O que se sobrepunha, mais recente, apresentava uma decoração certamente vegetalista, assinalando-se as cores verdes, negras e, sobretudo, o encarnado (Fernandes, 1997, vol. 1, figs. 3 e 4 cap. 5 e pp. 205–207).

Convém referir que estes vestígios revestiam ambas as faces de uma parede (c. 40cm largura), de orientação E/W, erigida no centro do que terá sido um possível pátio de uma anterior fábrica de salga de peixe, a qual foi desactivada com a construção desta estrutura, certamente de carácter habitacional.

7.8. Casa dos Bicos

Os trabalhos arqueológicos aqui efectuados em 1981 e 1982 permitiram a recolha de alguns fragmentos de fresco, datados do século I d.C. (Amaro, 2002, fig. 11). Trata-se de pequenas porções policromas onde se registam as seguintes combinações: listras finas negras sobre fundo branco; fundo vermelho; fundo branco com fina listra ocre/amarela; fundo branco com linhas ondeadas verdes e fundo branco com faixa encarnada.

7.9. Armazéns Sommer

Infelizmente, desconhecemos qualquer referência mais pormenorizada sobre estes elementos, mas na comunicação oral que teve lugar em Faro (Gomes & *alii*, 2004), foi feita a referência a fragmentos e porções de fresco ainda *in situ*, policromos, onde registamos as cores ocres e verdes.

8. Mosaicos

Infelizmente, não se encontram referenciados para a cidade de *Felicitas Iulia Olisipo* achados relevantes referentes a mosaicos (Mapa 2). O mais importante, já estudado, refere-se a um exemplar policromo datado da segunda metade século III (Amaro & Caetano, 1993–1994, p. 292), actualmente musealizado *in situ* no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros.

Apesar de tesselas isoladas surgirem amiúde nas várias intervenções arqueológicas efectuadas em Lisboa, não podemos considerar tais achados como denunciadores de uma ocupação efectiva de um local, nem relacioná-los com um qualquer edifício que aí tenha existido. Assim, enumeramos simplesmente os locais onde surgem estes elementos, uma vez que não possuímos qualquer outra informação.

Na sondagem 34 da Rua dos Correeiros/Rua de São Nicolau, que acima referimos, surgiu igualmente um fragmento de pavimento com cerca de 0,50 m de comprimento, recoberto com teselas de cores brancas e negras (Fernandes, 1997, vol. 1, pp. 205–207), já em níveis tardios de abandono do local.

Na Casa dos Bicos (Amaro, 2002), também surgiram mosaicos, com tesselas a preto e branco, o mesmo ocorrendo nos Armazéns Sommer (Gomes & *alii*, 2004). No que respeita à cronologia, não possuímos qualquer informação acerca dos contextos dos vários achados.

9. Considerações finais

Os vestígios arqueológicos que permanecem na actual cidade de Lisboa referentes à antiga cidade romana são em reduzido número, sobretudo se compararmos com outras cidades peninsulares. No entanto, em alguns casos e de forma inusitada, surgem dados arqueológicos (Fig. 19), ainda que muito parcelares que, curiosamente, se encontram a grandes profundidades. Este fenómeno é explicado pelo facto de o terramoto de 1755 e a consequente reconstrução da cidade terem alterado de forma drástica a topografia da cidade. O caso do teatro demonstra tal situação. A área a sul conserva os muros de contenção quase a 10 m de profundidade, enquanto pouco subsiste da parte mais alta, a norte, correspondente às bancadas.

Paradoxalmente, encontramos estruturas romanas quase à superfície. É o caso do Largo do Aljube ou do Largo de Santo António, denunciando um rebaiamento profundo destas áreas aquando da reconstrução pombalina e uma alteração topográfica profunda.

Os materiais agora analisados mostram-se modestos quanto ao objectivo de se tentar caracterizar o programa monumental urbano de *Felicitas Iulia Olisipo* no que respeita à sua decoração (Quadros 1 e 2 e Figs. 1 e 2). Esta insuficiência prende-se com a quantidade e o tipo de elementos de que dispomos. É por esta razão que os materiais relacionados com o teatro da urbe se deparam por demais relevantes.

O teatro, implantado numa das vertentes da colina, aproveitou o relevo do local para aí implantar as bancadas, recurso pragmático claramente em contradição com os pressupostos vitruvianos, que preconizavam uma orientação das bancadas em sentido nascente/poente (Vitrúvio, Livro V, Cap. III, 1 e 2).

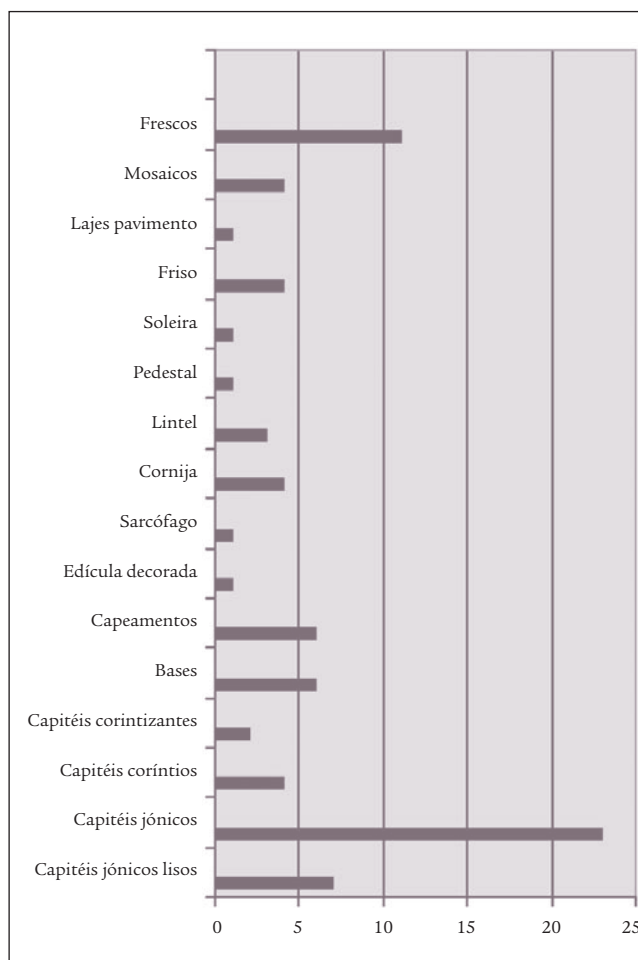


Fig. 19 Número de ocorrências dos vários elementos arquitectónicos.

Esta localização é intencional também pela espacialidade que detém. Uma posição destacada no seio da cidade, afastando-se do exemplo de alguns dos teatros do mesmo período ou pouco posterior, que se fixam em posição periférica, ainda que dentro do perímetro urbano, como acontece com *Augusta Emerita*, *Carteia*, *Claudia Baelo* ou *Italica*. Similarmente a outros teatros, este monumento cénico dispõe-se em posição elevada, constituindo um marco, podendo-se dizer que “...su acusado carácter monumental le confirió un singular valor paisajístico, de ahí que su presencia no pasase desapercibida, independientemente de su posición en el entramado urbano” (Jiménez, 1994, p. 73). Esta situação topográfica no meio urbano aproxima-o, de igual modo, de outros casos similares no panorama hispano, como observamos nos teatros de *Acinipo*, *Tarraco*, *Bilbilis*, *Saguntum* ou *Malaca*.

Estes paralelos permitem comprovar que a construção deste monumento no local preciso onde foi construído em *Olisipo* não o foi por simples razões práticas, mas sim como opção propagandística, um símbolo da romanidade, um marco do próprio culto imperial. Esta imagem seria particularmente evidente para quem chegasse ao porto de *Olisipo*, afinal uma das principais vias de acesso à cidade. A paisagem que esta vertente da colina ofereceria seria marcante com os enormes muros que cortavam a pendente da colina, culminando na zona mais elevada, com o enorme e imponente vulto que constituiria a estrutura do *postcaenium*.

É evidente que a importância da cidade se relacionou, desde os seus primórdios, com a belíssima posição geográfica que detinha defronte de um oceano que permitia as rotas atlânticas para norte mas também para sul, atingindo o Norte de África e, mais para nascente, o centro do Império e as províncias orientais (Mantas, 1996). Mas a importância desempenhada pelas vias de comunicação foi determinante. Estas vias de acesso integraram *Felicitas Iulia Olisipo* no seio da província e da sua capital e foram as responsáveis pela rápida divulgação dos modelos e estilos decorativos.

Os primeiros elementos que analisámos neste trabalho foram os capitéis do teatro de *Olisipo*. Neste conjunto, a distinção técnica é o facto mais evidente num grupo composto por peças talhadas em calcarenito, posteriormente estucado. Estas peças são atribuíveis à data de construção do teatro, sendo que as peças em calcário branco, de superfície lisa e talhe realizado no bloco pétreo, formando um outro grupo, são imputáveis ao período de remodelação, ocorrido em 57 d.C. (Fig. 20). Não podemos esquecer as palavras de Hesberg (1990), na análise da decoração arquitectónica da *Hispania*, ao afirmar que o capitel jónico foi o grande favorito da Época Republicana.

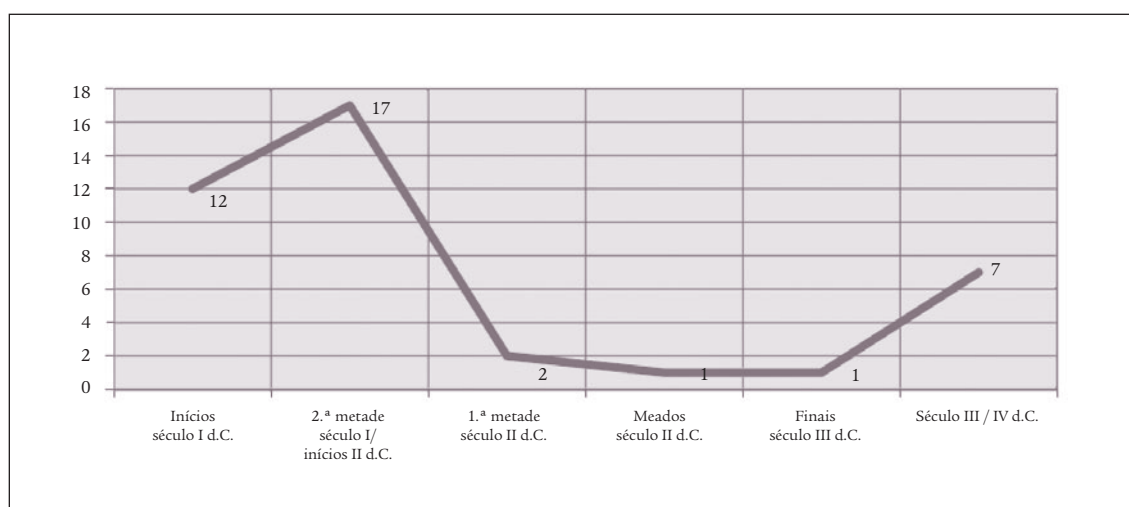


Fig. 20 Distribuição cronológica dos capitéis (não se inclui o pequeno fragmento proveniente do Núcleo Arqueológico do B.C.P.).

Para o primeiro grupo, como já referimos quando analisámos estes exemplares, os paralelos são múltiplos; no entanto, o melhor exemplo que se poderá apresentar é o dos capitéis do teatro da *Colonia Metellinensis* (Medellín)¹². A decoração realizada em estuque e a inclusão do sumoscapo do fuste na parte inferior do capitel, assim como a morfologia e dimensões das peças, oferecem uma similitude tão evidente, que não podemos deixar de ponderar influências directas entre esta colónia e/ou Mérida, com os trabalhos públicos efectuados em *Olisipo*, sendo que a cronologia, ainda não confirmada, para aquele monumento cénico seja os primeiros anos da nossa Era.

Mas outro aspecto tão importante quanto o demonstrado por esta técnica de talhe, de tradição recuada, é o facto de documentarmos, neste mesmo monumento, o que podemos considerar ser a primeira marca da marmorização da zona ocidental da *Lusitania*. A pedra de lioz, ou o mármore do Alentejo — que encontramos em alguns fragmentos de friso, cornijas, no revestimento do muro do *proscenium*, nas placas róseas e cinzentas da *orchestra* e nas estátuas de silenos — enquadra-se na remodelação que este edifício sofreu em 57 d.C., o que é atestado pela inscrição do sevirio augustal *Caius Heius Primus* (CIL II, 183, 196) gravada no *proscenium* (Silva, 1944, pp. 172–178). Igualmente singular é o facto de tal obra corresponder a um acto de proselitismo, uma vez que se trata de uma remodelação mandada fazer e custeada por um particular endinheirado (Fernandes & Caessa, 2010, pp. 83–102).

A renovação deste espaço público, certamente coevo de idênticos processos urbanísticos/decorativos de outros espaços similares na província — integra-se no que se designa por “política de marmorização”, em curso nas províncias ocidentais e, desde há longo tempo, iniciada no centro do Império. Os exemplos observados em várias construções da Hispânia, salientando-se o caso emeritense pela proximidade geográfica e influência que a capital de província exercia sobre o território, atestam esse fenómeno sobretudo a partir da segunda metade do século I, processo que alguns autores designam como a passagem de uma “arquitectura militar”, num primeiro momento edificador, balizada cronologicamente entre o século I a.C. e a primeira metade do século I d.C., para o da “arquitectura do mármore” (Álvarez, 1992, pp. 90, 91). Mais recentemente, o mesmo autor optou por distinta designação, substituindo a de “arquitectura militar” para “arquitectura em pedra”, termo igualmente adoptado pela escola alemã (cf. Álvarez & Nogales, 2004, p. 304).

Alheias a este projecto de remodelação e embelezamento terão ficado as colunas da frente cénica, já que não se verifica a substituição dos antigos capitéis por outros em mármore, continuando estas peças a desempenhar a sua função, apesar de se integrarem num modelo decorativo eventualmente já “arcaico”. Este fenómeno, o qual como referido *supra* tem paralelos hispanos, só poderá ser globalmente entendido pela intenção subjacente de uma reafirmação da antiguidade do próprio monumento, arcaísmo simbólico na manutenção de peças do primeiro momento urbanizador realizado na época do grande pacificador do Império, o *Divus Augustus*.

Igualmente fora desta “moda” do mármore ficaram todos os capitéis que se registam no teatro, mas atribuíveis a uma época claramente posterior ao do momento edificativo. Ainda que desconheçamos o número total de indivíduos, uma vez que os pequenos fragmentos que sobreviveram são muito reduzidos, é sempre o calcário que é utilizado, sendo o relevo e as molduras bem relevadas, revelando contrastes acentuados de luz e sombra e inscrevendo-se cronologicamente numa franja temporal que poderá estender-se desde os meados do século I d.C. até aos inícios da segunda centúria. Estas evidências estilísticas ilustram uma actualização que acompanha o desenvolvimento da matriz centro-imperial.

Atestamos, assim, a presença exclusiva da ordem jónica no teatro de *Felicitas Iulia Olisipo*. Mas se observarmos os restantes capitéis da cidade, reconhecemos outras situações: a ordem jónica é

largamente preponderante; o calcário constitui-se como a matéria-prima de eleição e as restantes ordens são francamente preteridas.

O pequeno capitel jónico das termas dos Cássios, talhado em calcário de boa qualidade, comprova o que afirmamos. Em vez do mármore, observa-se o emprego do calcário — mais branco nos primeiros tempos e de cor acentuadamente rosa, posteriormente — que passa a substituir quer o calcarenito (pedra local acentuadamente irregular) usada no início do Império, quer a técnica associada — pedra revestida a estuque, de tradição republicana.

Este fenómeno afasta-se da evolução que se observa no restante território hispano. Apesar de o capitel jónico tender a desaparecer em muitos locais ao longo dos séculos I e II, como acontece em Córdova (Márquez, 1993, p. 182), esta ordem será substituída pela ordem coríntia, que, em definitivo, atrairá as atenções do público durante toda a Época Romana.

É precisamente neste aspecto que *Olisipo* se afasta da realidade lusitana e hispana, já que depois daquele primeiro ocaso dos inícios do Império “O capitel jónico apenas voltará a atrair as atenções quando as peças diminuïrem de tamanho e quando a decoração for realizada no próprio bloco pétreo, mais como um baixo-relevo, com uma ornamentação esquemática, ao invés da decoração orgânica, a qual exigiria um amplo conhecimento das temáticas e regras decorativas dos *ateliers* definidores da plástica imperial” (Fernandes, 2004, pp. 28).

Nos capitéis jónicos de Lisboa, apesar de se observarem pormenores decorativos diversos, é nítida uma certa similitude entre as várias peças, uma vez que todas elas se enquadram em cronologias tardias dos séculos III/IV d.C. Se alargarmos a área analisada ao *territorium Olisiponense*, chegamos precisamente à mesma conclusão (Fernandes, 2007, pp. 291–336). Constata-se, assim, uma maior ocorrência de peças jónicas em dois períodos bem definidos: nos inícios do Império e nos finais do mesmo, o que contraria o defendido por Gutiérrez Behemerid (1992, p. 56), que indica um decréscimo de produção em época tardia para o actual território espanhol, ao contrário do que acontece no restante Império.

Os capitéis da ordem jónica de época tardia são sinónimos, desta forma, de peças de pequenas dimensões, geralmente sem ábaco, decoradas esquematicamente e quase sempre correspondendo a encomendas privadas. Obviamente que não poderemos assegurar que todos os capitéis que agora referimos se incluam em encomendas privadas, não se destinando à decoração de edifícios públicos. Os contextos em que as peças aparecem não nos elucidam sobre tais aspectos ainda que possamos deduzir algumas integrações arquitectónicas, como acontece com as peças da Praça da Figueira. Ainda que inseridas em contextos medievais, decerto integravam contextos arquitectónicos da necrópole romana que existiu no local, possivelmente decorando pequenos mausoléus mandados edificar por famílias abastadas.

A partir de Augusto, o capitel coríntio passa a ser, francamente, o favorito, transformando-se numa corrente decorativa que rapidamente se alastra por todo o Império, essencialmente a partir de época julio-claudiana (Gutiérrez, 1992, p. 132). O mesmo acontece em relação às derivações desta ordem, como o capitel corintizante ou o coríntio de folhas lisas, os quais, pela liberdade decorativa que proporcionavam, atraíram as atenções da população, sublinhando-se-lhe o favoritismo que suscitaram, particularmente em contextos privados, por todo o Império.

Em *Olisipo*, todavia, o panorama decorativo afasta-se claramente desta tendência geral. Registamos apenas duas peças coríntias, que, no entanto, se inscrevem numa linguagem decorativa francamente tardia: falamos do capitel depositado no Museu Arqueológico do Carmo (existindo dúvidas quanto à procedência) e de outro do Castelo de São Jorge. Neste enorme hiato temporal que medeia entre o século I e os finais da terceira centúria, a única excepção é representada pelos dois exemplares da Rua das Padarias, testemunhos fulcrais no entendimento deste fenómeno de excepção (Fig. 20).

A atribuição destas peças aos inícios do século II d.C., aliado ao facto de um dos exemplares se encontrar semi-acabado, indica cabalmente que este tipo de peças era conhecido e utilizado, que haveria mercado e, informação não desprecianda, que eram cá produzidas. Quanto a este último aspecto, não podemos deixar de contemplar o facto de existir por todo o Império um vastíssimo comércio de elementos arquitectónicos, podendo-se colocar a hipótese de alguns dos exemplares mais correctamente executados, como é o caso, serem importados e não fabricados na urbe. Sublinha-se a proximidade que o capitel finalizado da Rua das Padarias estabelece com capitéis ostienses de época flaviana (Pensabene, 1973, pp. 57–58), indicando uma actualização dos cartões e das correntes decorativas que tanto se manifestam na eleição de uma ordem arquitectónica determinada, como em pequenos tiques, reconhecíveis por exemplo, na tendência da sobreposição lobular nos elementos foliáceos.

Este panorama é semelhante ao que observamos nos capitéis que, decorativamente, derivam do coríntio. Falamos do subtipo corintizante e do de folhas lisas. Nestes casos o panorama é idêntico. Não possuímos qualquer peça que se integre na classificação de folhas lisas, ainda que próximo, em Loures, se registe um belíssimo exemplar (Fernandes, 1998a, pp. 93–105). No que respeita ao capitel corintizante, contamos, em solo olisiponense, apenas com duas peças: um da Casa dos Bicos e um outro sobre o qual apenas temos a informação de que é de Alfama (propriedade privada). Ainda assim, o facto de o exemplar da Casa dos Bicos, do século II d.C., estabelecer relações próximas com outros exemplares lusitanos leva a considerar modelos originais que estiveram na origem de algumas das opções decorativas que se observam nestes exemplares.

Alargando um pouco a visão sobre o papel do capitel corintizante em solo lusitano e falamos concretamente da região ocidental, bastará analisar, um pouco mais detalhadamente, o que se passa na zona entre *Olisipo* e *Emerita*, ou seja, na área delimitada pelas duas vias que ligavam as duas cidades.

Sabemos da existência, para esta área, de dezasseis capitéis corintizantes, número apreciável se compararmos com o total de capitéis romanos que se conhecem para esta parte do território actualmente nacional e que se integram nas restantes ordens arquitectónicas e suas derivações (número superior a 120 peças; cf. Fernandes, 1997). Uma das observações mais curiosas é o facto de os capitéis corintizantes se dispersarem ao longo destas duas vias. Este dado permite concluir que os novos modelos, ao invés de imediatamente adoptados por aqueles dois locais e depois divulgados a partir destes pólos para as respectivas áreas de influência, seriam divulgados quase simultaneamente ao longo do território. Este facto impele a considerar a existência de *ateliers* itinerantes que, vindos da capital de província, iriam estacionando ao longo das vias terrestres, em locais que solicitassem os seus serviços.

Para além destas considerações, comprova-se que todas as correntes decorativas chegariam a *Olisipo* e que a adopção de umas peças em detrimento de outras, é integralmente intencional e não por um qualquer desconhecimento de modas ou técnicas decorativas.

Quanto à matéria-prima que vemos empregue nas peças analisadas, são poucas as que empregam o mármore. Mais uma vez, o caso do teatro é relevante. O papel dos *marmora* como símbolo de prestígio é aqui confirmado. Apenas deste modo se explica a substituição do pavimento da *orchestra* e do *frons pulpiti* do *proscenium* em 57 d.C. Os materiais que então são empregues são uma mistura de verdadeiro mármore, utilizado em elementos arquitectónicos — mármore cinzento, proveniente da zona de Trigaches — e o calcário margoso — de cor rosa, da zona de Sintra — que, em combinação entre si, ornamentam os dois espaços arquitectónicos do teatro acima mencionados. Esta combinação de cores e o facto de se ter recorrido a um calcário que, pela sua proximidade seria mais fácil de obter, certamente justificou o facto de ser uma pedra mais branda e distinta dos mármoreos então em voga.

Na estatuária conservada do teatro — silenos, cabeça masculina e baixo-relevo da deusa Melpomene — foi adoptado o mármore branco de Vila Viçosa, sem venadas e semelhante, esteticamente, aos mármore de Luni, Carrara, Paros ou do Pentélico.

Mas mesmo estes mármore brancos empregues em Roma rapidamente são preteridos por matérias-primas de cores mais apelativas, sobretudo quando novos territórios, excêntricos em termos de novos materiais, integram, paulatinamente, o mercado imperial. Exemplo emblemático foi a adopção do granito egípcio na decoração do *forum* de Trajano em Roma, mas todas as cidades de maior importância rivalizavam na obtenção dos novos mármore coloridos: o *Verde Antico* de Tessália, o rosa da ilha de Chios, o *Lapis Porphyrites*, encarnado egípcio, ou o violeta de Iscehisar, da actual Turquia, entre muitos outros.

Assiste-se assim, depois desta inicial novidade que constituiu a introdução do mármore, a uma *imitatio*, que deixa de ser augustana para se prolongar no tempo, assistindo-se a uma substituição do branco por cores mais vistosas, apelativas e diferentes. Em *Felicitas Iulia Olisipo* estas alterações foram prontamente adoptadas e, na impossibilidade de se obterem cores contrastantes, o calcário margoso da região de Sintra, de cor rosa intensa ou a pedra de lioz, de rosa mais claro, forneceram ampla matéria-prima a um custo evidentemente baixo dada a proximidade das pedreiras.

Mais uma vez, reitera-se a ideia da opção e escolha criteriosa ao invés do desconhecimento ou arcaísmo. A comprovação destas ideias encontra-se bem plasmada na inauguração, que se pressupõe ter sido amplamente difundida, do *proscenium* do teatro de *Felicitas Iulia Olisipo*. O sentido propagandístico deste acto é evidente e claramente intencional tanto na data escolhida para a concretização da obra, como na sua dedicação ao imperador Nero. Em 57 é inaugurado, em Roma, o edifício que Suetónio designa *amphitheatrum ligneum*, largamente elogiado, à época, pelo seu luxo e decoração ornamental (Trillmich, 2006). Provavelmente bem informado e profundamente esclarecido sobre o edifício romano, *Caius Heius Primus* terá escolhido o seu acto de proselitismo, planeando-o no tempo e no espaço, de modo a que a importância do seu conteúdo se reflectisse na forma.

Outro aspecto bem curioso é o facto de, tirando o ocaso constituído pelo teatro, do qual se conserva uma quantidade razoável de peças, o pico temporal que a seguir observamos é, nitidamente, enquadrável num período tardio que podemos situar entre os finais do século III e todo o século IV d.C. (Fig. 20).

Nas Figs. 21 e 22, podemos ter uma ideia mais clara da distribuição dos vários elementos arquitectónicos ao longo da Época Romana. No entanto, as leituras são distintas, uma vez que, se contabilizarmos as peças do teatro romano como constituindo uma única entrada (Fig. 21), o panorama altera-se e, em vez dos acentuados picos de ocorrências para os inícios do século I d.C. e para a segunda metade do século I/inícios do século II d.C. — épocas paras quais sobreviveram mais elementos do teatro — teremos picos que se salientam nos inícios do século I d.C., nos meados da mesma centúria, mas igualmente no século II. Em ambos os gráficos, não obstante, os séculos III e IV d.C. surgem com grande recrudescimento, mais evidente no último gráfico, destacando-se claramente das restantes franjas cronológicas.

Significa isto que, ao invés de se testemunhar um retraimento citadino e um decréscimo do número de encomendas, se verifica precisamente o inverso. A renovação das *Thermae Cassiorum*, aliás, é um bom testemunho dessa renovação urbanística. A inscrição refere clara e intencionalmente que as termas haviam sido “renovadas desde o solo”, ou “refeitas totalmente”, como se infere da expressão THERM[A] CASSIORVM/RENOVAT[A]E A SOLO (Silva, pp. 114, 115, n.º 22) (Fernandes, 2009, pp. 191–207). No entanto, o que se verifica no local é um reaproveitamento de peças na nova edificação e os capitéis que então são encomendados não têm qualquer grandiosidade ou distinção de beleza sendo empregues, como observámos, tanto neste edifício público termal como

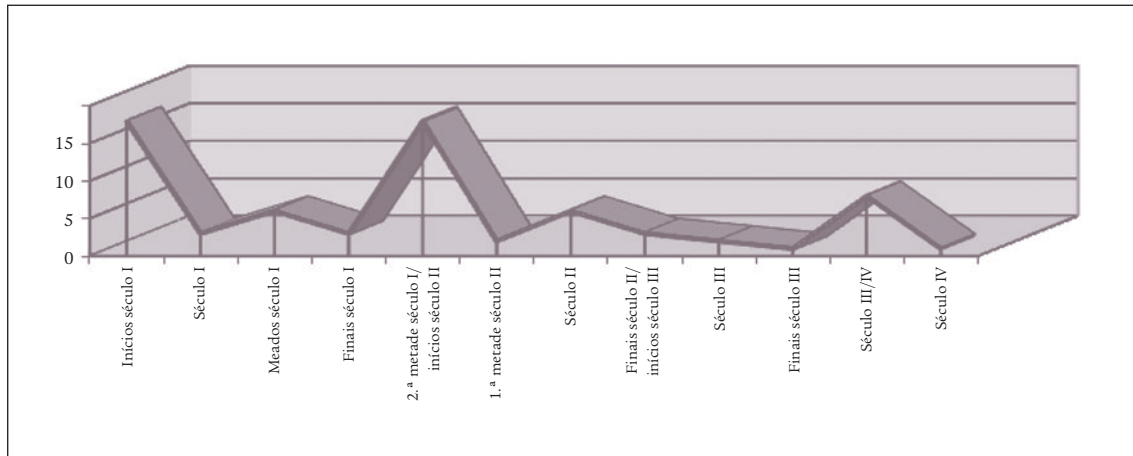


Fig. 21 Distribuição cronológica total dos elementos arquitectónicos (não se inclui o pequeno fragmento proveniente do Núcleo Arqueológico do BCP nem os dados referentes a mosaicos).

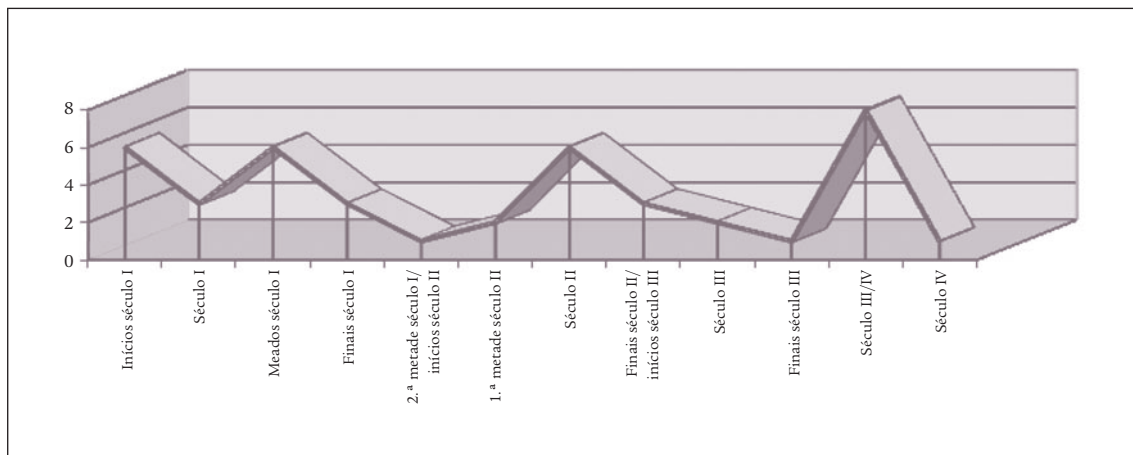


Fig. 22 Distribuição cronológica parcial dos elementos arquitectónicos (as entradas referentes ao teatro apenas são representadas por um elemento e não pelo total de peças que se conserva. Não se inclui o pequeno fragmento proveniente do Núcleo Arqueológico do BCP nem os dados referentes a mosaicos).

na *villa* privada de Frielas. O mesmo acontece com os frescos que ainda se mantêm *in situ*. O fundo branco e a pintura a encarnado, a formar faixas largas de delimitação, constitui o esquema mais habitual por todo o Império e que se continuará a repetir até épocas muito tardias.

Não podemos esquecer que subjacente àquela renovação das termas estará uma alteração de paradigma social. O teatro romano é abandonado sensivelmente neste período, sem que se evidenciam traços de renovação, obras de remodelação ou a construção de outro edifício, mais moderno, aproveitando os antigos muros. O que observamos é simplesmente um abandono. No caso do teatro, certamente que a renovação deste espaço, obrigando a um maior esforço económico, terá retraído os investidores, neste caso os governadores de província, que optaram pela reforma das termas, opção que, decerto, teve em linha de conta o facto de ter sido construído, às portas da urbe, o circo (Vale & Fernandes, 1997, pp. 109–121). Outro exemplo constitui o sarcófago de Chelas. Sendo um produto de qualidade, embora não excluamos a hipótese de ter sido produzido por *atelier* local ou provincial, apesar de alguns autores indicarem que é uma peça oriental, os paralelismos com peças

de Tarragona e com modelos centro-imperiais demonstram claramente uma divulgação de modelos, perfeitamente actuais e comprova que *Olisipo* nunca esteve à margem das correntes de influência que percorriam o Império.

Observamos, pois, uma alteração do paradigma cidadão mas, mais importante ainda, a constatação da continuidade de ocupação, de investimento, da importação e da actualização. A escala de investimento decerto o era de forma completamente distinta da observada no início do Império, assim como distintos seriam os promotores das obras que se levavam a cabo na cidade.

Nesta visão de conjunto que tentámos delinear para a cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*, são grandes as interrogações que algumas peças suscitam e ainda maior a ignorância sobre grandes períodos temporais. Se o início do século I d.C. pode ser parcialmente caracterizado pelos dados referentes ao teatro, as épocas imediatamente posteriores tornam-se omissas no que respeita a capitéis. Não obstante, se tivermos em conta os capeamentos de ara, que se concentram genericamente nesta centúria, não podemos deixar de concluir que a produção de elementos arquitectónicos continua ou, possivelmente, se acentua, uma vez que presenciamos a existência de seis capeamentos e de uma edícula, todos eles de razoável qualidade (Fig. 19). Os elementos reaproveitados na Sé de Lisboa, por exemplo, permitem vislumbrar a grandiosidade e a imponência que alguns dos edifícios deteriam. Atribuíveis com grandes reservas aos finais do século I d.C. ou algo posterior, torna-se quase impossível imaginar como seria o perfil da cidade marcado por edificações tão grandes quanto o fazem suspeitar aqueles elementos da Sé. As poucas peças de um *puzzle*, do qual desconhecemos os limites e dimensões, continuarão isolados até que novas peças surjam e permitam completar informações e estabelecer relações, permitindo entrever o que terá sido *Felicitas Iulia Olisipo*.

Agradecimentos

Trabalhos de síntese como procura ser o que agora se expõe, só são possíveis com a ajuda dos vários intervenientes, a nível arqueológico, na cidade de Lisboa. Agradecemos pois, e em primeiro lugar aos nossos colegas arqueólogos que trabalham na cidade: Nuno Mota, Marina Carvalhinhos, Pedro Miranda, Rodrigo B. da Silva, Manuela Leitão, Victor Filipe, Marco Calado, Jacinta Bugalhão e Clementino Amaro por terem fornecido alguns dos elementos que aqui se mencionam. Um obrigada a Eurico Sepúlveda e a Rita Fragoso de Almeida por algumas das sugestões apontadas ao longo deste trabalho.

NOTAS

* Arqueóloga do Serviço de Arqueologia do Museu da Cidade (Câmara Municipal de Lisboa). Coordenadora do Museu do Teatro Romano. Mestre em História de Arte.

¹ Tivemos oportunidade de visitar o n.º 4 do largo do Limoeiro no momento em que se processavam remoções de terra no seu interior. Recolhemos algum material cerâmico onde se destacam cerâmicas orientalizantes com pintura de bandas. Demos conta do ocorrido, pessoalmente, a técnicos do IGESPAR e fizemos o registo possível no estado em que o local se encontrava.

² Comunicação oral proferida no 8.º Encontro de Arqueologia do Algarve, intitulada “Novos dados sobre a ocupação pré romana do teatro romano de Lisboa: proveniência das produções cerâmicas dos sécs. IV e III a.C. (campanha arqueológica de 2010)”, Silves, 21-23 Outubro 2010.

³ Intervenção arqueológica que realizámos no Largo do Aljube (Rua Augusto Rosa em frente ao n.º 42), em Setembro/Novembro de 2009.

⁴ Os materiais cerâmicos da Época Romana encontram-se em estudo por Eurico de Sepúlveda e pelas signatárias da publicação de 1993.

⁵ O que aqui se menciona são algumas das ideias apresentadas na comunicação proferida no dia 25 de Setembro de 2008 — por ocasião das *Sessões de Arqueologia do Museu da Cidade*, que reuniu alguns investigadores — e intitulada “Intervenção arqueológica nas Galerias Romanas de Lisboa”, da autoria de Lídia Fernandes, Manuela Leitão e Rodrigo B. Silva.

⁶ Comunicações orais proferidas, respectivamente para o caso de Alcácer e de Cadafais, no 1.º *Encontro Arqueologia e História Alcácer do Sal*, intitulada: “Capitéis de Alcácer do Sal: sobre a decoração

- arquitectónica de Época Romana”, que teve lugar nos dias 22 a 24 de Maio de 2009 e na I Mesa Redonda: *de Olisipo a Ierabriga* que teve lugar no dia 31 Outubro 2008 intitulada; “A decoração arquitectónica de época romana - aspectos de centralidade/descentralidade entre o *territorium olisiponense* e a capital da Lusitânia”.
- ⁷ De forma a não nos alongarmos neste tema, cf. o trabalho de Carlos Vieira (1998) onde o autor faz um levantamento destas peças, remetendo-se para a bibliografia indicada. Lamentavelmente, algumas cronologias que indica são, em nossa opinião, pouco correctas, e os erros na interpretação dos *ornamenta* põem em causa as conclusões a que chega, razão pela qual não seguimos as suas considerações sobre estes elementos.
- ⁸ As recentes intervenções arqueológicas realizadas na Casa dos Bicos, dirigidas por Victor Filipe e Manuela Leitão, revelaram importantes e valiosos dados, referentes também à decoração arquitectónica, aguardando-se apresentação científica.
- ⁹ Agradecemos a Clementino Amaro a cedência para estudo dos elementos arquitectónicos da Casa dos Bicos, recolhidos na intervenção arqueológica de 1981 e 1982.
- ¹⁰ Na sequência da conclusão da intervenção arqueológica na parte sul do teatro romano (núcleo da casa pombalina, campanha de Outubro/Novembro de 2011), foram recuperados diversos elementos arquitectónicos muito semelhantes. Infelizmente, não tivemos oportunidade de os poder incluir, em tempo útil, no presente trabalho. O mesmo aconteceu com uma cornija encontrada em Alfama, numa intervenção arqueológica realizada pelo nosso colega Nuno Mota e com uma decoração bastante esquemática e estilizada
- ¹¹ A este tipo de calcário dá-se a designação popular de “calcário negro de Mem Martins”. Actualmente já não se comercializa por se encontrarem esgotadas as pedreiras que os exploravam.
- ¹² Conferência proferida no Museu Nacional de Arte Romano de Mérida em 20 Maio 2010, por Hipólito Collado Giraldo e María Martín Beceril intitulada “El proyecto de recuperación del teatro romano de *Metellinum*: avance preliminar de la excavación”. Agradecemos a estes investigadores a visita à intervenção arqueológica do teatro de Medellín e as informações fornecidas sobre os elementos arquitectónicos.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABAD CASAL, Lorenzo (1992) - *El arte funerario hispanorromano*. Madrid: Ed. Historia 16.
- ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel; CEBRIÁN FERNÁNDEZ Rosario; TRUNK, Markus (2004) - Epigrafía, arquitectura y decoración arquitectónica del foro de Segobriga. In RAMALLO ASENSIO, Sebastián F., ed. - *Actas del Congreso la decoración arquitectónica en las ciudades romanas de occidente (Cartagena, 8–10 octubre 2003)*. Murcia: Universidad, pp. 219–256.
- ALONSO SÁNCHEZ, María Ángeles; CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, Enrique; FERNÁNDEZ CORRALES, José María (1992–1993) - Tres ejemplos de poblamiento rural romano en torno a ciudades de la Vía de la Plata : *Augusta Emerita, Norba Caesarina y Capara*. *Studia Historica. Historia Antigua*. Salamanca. 10–11, pp. 67–87.
- AMARO, Clementino (1993) - Vestígios materiais orientalizantes do claustro da Sé de Lisboa. *Estudos Orientais IV – Os Fenícios no território português*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, pp. 183–192.
- AMARO, Clementino (2002) - *De Olisipo a Lisboa: a Casa dos Bicos*. Lisboa: Comissão Nacional para a comemoração dos Descobrimentos Portugueses.
- AMARO, Clementino; CAETANO, Maria Teresa (1993–1994) - Complexo fabril romano da Rua Augusta. *Conímbriga*. Coimbra. 32–33, pp. 283–294.
- AMARO, Clementino; SANTOS, Patrícia A. dos (2005) - *Acompanhamento arqueológico do edifício do Aljube, Remodelação do r/c e cave*. Relatório final (inédito).
- BAENA DEL ALCÁZAR, Luis (1993) - Escultura funeraria monumental en la Baetica. In *Actas de la I Reunión sobre Escultura Romana en Hispania. Mérida. Museo Nacional Romano, 12-14 de marzo de 1992*. Madrid: Ministerio de Cultura, pp. 63–76.
- BALIL ILLANA, Alberto (1960) - Plástica provincial en la España romana. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 70:1–2, pp. 107–131.
- BAUMAN, Victor (1984) - Piese sculpturale si epigrafe in colectia muzeului de Istorie si Arheologie din Tulcea. *Peuce*. Tulcea. 9, pp. 207–233.
- BEM, D. Thomas Caetano de (1791) - *Notícia das thermas ou banhos cassianos, e outros monumentos romanos, modernamente descobertos na cidade de Lisboa*. Manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, Secção de Reservados (cota: Cod. 104).
- BINGÖL, Orhan (1980) - *Das ionische Normalkapitell in hellenistischer und Römischer Zeit in Kleinasien*. Tübingen: Ernst Wasmuth.
- BONNEVILLE, Jean-Noël (1980) - Le monument épigraphique et ses moulurations. *Faventia*. Barcelona. 2:2, pp. 75–98.
- BRAZUNA, Sandra (2005) - *Relatório de trabalhos arqueológicos: minimização de impactes, Lisboa, Rua da Saudade, n.º 2 (Lisboa)*. Lisboa: Era Arqueologia SãoA.
- BUGALHÃO, Jacinta (2003) - Mandarim Chinês, Lisboa: contextos romanos. In *Actas do IV Encontro de Arqueologia Urbana (Amadora 10–12 de Novembro 2000)*. Amadora: Câmara Municipal, pp. 127–146.
- CAETANO, José Carlos (2002) - Necrópoles e ritos funerários no Ocidente da Lusitânia romana. In VAQUERIZO GIL, Desiderio, ed. - *Espacios y usos funerarios en el Occidente romano: Actas del Congreso Internacional celebrado en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Córdoba (5–9 junio, 2001)*. Córdoba: Universidad. Vol. I, pp. 313–334.
- Caminhos do Algarve Romano* [Catálogo]. Faro: Câmara Municipal. 2005
- DE MAN, Adriaan (2008) - *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

- DIOGO, António Dias; FERNANDES, Lídia; SILVA, Rodrigo Banha da (1991) - Elementos sobre a romanização da cidade de Lisboa: a sondagem n.º 34 na rua dos Correeiros. Comunicação apresentada às 1.ªs Jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e do Sado, Seixal (não publicada).
- DUARTE, Ana Luísa; AMARO, Clementino (1986) - A Casa dos Bicos: a cidade e a arqueologia. In *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985)*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, pp. 143–154.
- FABIÃO, Carlos (2010) - Modelos forenses nas cidades da *Lusitania*: balanço e perspectiva. In NOGALES BASARRATE, Trinidad, ed. - *Ciudad y Foro en Lusitania Romana / Cidade e Foro na Lusitânia Romana*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 343–359.
- FARIA, António Marques de (2001) - *Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4.2, pp. 351–362.
- FERNANDES, Lídia (1996) - Sobre um Capitel de ara do Palácio Fronteira. In *Miscellanea de Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Colibri, pp. 179–188.
- FERNANDES, Lídia (1997) - *Capitéis romanos da Lusitania Ocidental*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 4 vols. Dissertação de Mestrado em História de Arte.
- FERNANDES, Lídia (1998a) - Capitéis romanos do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 16, pp. 221–284.
- FERNANDES, Lídia (1998b) - Elementos arquitectónicos de época romana do concelho de Loures. *Catálogo da Exposição de Arqueologia da Vida e da Morte – Os Romanos em Loures*. Loures: Câmara Municipal, pp. 93–105.
- FERNANDES, Lídia (1999a) - Elementos arquitectónicos de época romana do concelho de Loures. In *Da Vida e da Morte: os Romanos em Loures*. Loures: Museu Municipal. pp. 93–105.
- FERNANDES, Lídia (1999b) - Elementos arquitectónicos de época romana da Casa dos Bicos – Lisboa. *Conimbriga*. Coimbra. 38. pp. 113–135.
- FERNANDES, Lídia (2000) - *Edifício A2 e B na Rua de São Mamede / Rua das Pedras Negras – integração dos elementos pétreos*. Serviço de Arqueologia, Museu da Cidade Câmara Municipal de Lisboa. (texto policopiado)
- FERNANDES, Lídia (2001) - Capitéis do teatro romano de Lisboa. *Anas*. Mérida. 14, pp. 29–51.
- FERNANDES, Lídia (2001) - Capitéis romanos de *Ammaia* (São Salvador de Aramenha – Marvão). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 19, pp. 95–158.
- FERNANDES, Lídia (2002) - Sobre dois capitéis de Lisboa. *Conimbriga*. Coimbra. 41, pp. 237–256.
- FERNANDES, Lídia (2004) - Decoração arquitectónica da *villa* romana de Frielas. In *Arqueologia como documento*. Loures: Museu Municipal, pp. 21–36.
- FERNANDES, Lídia (2004–2005) - As bases de coluna nos desenhos dos séculos XVIII e XIX do Teatro romano de Lisboa. *Revista Arqueologia e História*. Lisboa. 56–57, pp. 83–94.
- FERNANDES, Lídia (2006) - O teatro de Lisboa: intervenção arqueológica de 2001. In *Actas del Congreso Internacional sobre Teatros Romanos en Hispania, Córdoba 2002*. Córdoba: Seminario de Arqueología, pp. 181–204.
- FERNANDES, Lídia (2007) - Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica. *Al-madan*. Almada. 15, pp. 27–39.
- FERNANDES, Lídia (2007) - A decoração arquitectónica de época romana do *municipium olisiponense*: a propósito de alguns elementos arquitectónicos da Praça da Figueira (Lisboa). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 25, pp. 291–336.
- FERNANDES, Lídia (2008) - A ordem toscana na Lusitânia ocidental: problemática e caracterização do seu emprego: a propósito das peças reutilizadas da Igreja de São Pedro de Lourosa (Coimbra). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11:2, pp. 231–270.
- FERNANDES, Lídia (2009) - Capitel das *Thermae Cassiorum* de *Olisipo* (Rua das Pedras Negras, Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12:2, pp. 191–207.
- FERNANDES, Lídia (2010) - Capitéis romanos do concelho do Sabugal: sobre a utilização da ordem toscana em território nacional. *Sabucule*. Sabugal. 2, pp. 25–50.
- FERNANDES, Lídia; CAESSA, Ana (2006–2007) - O *proscenium* do Teatro romano de Lisboa: aspectos arquitectónicos, escultóricos e epigráficos da renovação decorativa do espaço cénico. *Arqueologia e História*. Lisboa. 58–59, pp. 83–102.
- FERNANDES, Lídia; ENCARNAÇÃO, José d' (1998) - Sobre uma inscrição romana da Rua da Madalena, em Lisboa. *Olisipo*. Lisboa. IIª Série. 7, pp. 7–12.
- FERNANDES, Lídia; PINTO, António Nunes (2009) - Sobre um bronze zoomórfico do teatro romano de Lisboa. Consagração de um monumento ou ocupação ancestral de um espaço. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12:1, pp. 169–188.
- FERNANDES, Lídia; SALES, Paulo (2005) - Projecto Teatro Romano, Lisboa: a reconstituição virtual. *Revista Arquitectura e Vida*. Lisboa. 57, pp. 28–32.
- FERNANDES, Lídia; SEPÚLVEDA, Eurico de; MÁRCIO, Antunes (2011) - Teatro romano de Lisboa: sondagem arqueológica a sul do monumento e o urbanismo de *Olisipo*. *Al-madan* (no prelo)
- FERNANDES, Luís da Silva (2005) - *C. Heius Primus, augustalis perpetuus*. Teatro e encenação do poder em *Olisipo*. *Mathésis*. Viseu. 14, pp. 29–49.
- FERREIRA, Mulize, ed. (2000) - *Relatório de escavação arqueológica Nova loja da Zara Confecções Lda* ... Lisboa: Era Arqueologia

- GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana (2007) - As muralhas de *Olisipo*: o troço junto ao Tejo. In RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio; RODÀ DE LLANZA, Isabel, eds. - *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio: Lucus Augusti como paradigma: actas del Congreso Internacional celebrado en Lugo (26-29, XI, 2005) en el V aniversario de la declaración, por la UNESCO, de la muralla de Lugo como Patrimonio de la Humanidad*. Lugo: Diputación Provincial, pp 685–698.
- GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra; PIMENTA, João; VALONGO, António; MENDES, Henrique; GUERRA, Sandra; PINTO, Paula e RIBEIRO, Susana, (2004) - Primeiros resultados da intervenção arqueológica nos armazéns Sommer (Lisboa). Comunicação apresentada ao IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, Setembro de 2004)
- GONÇALVES, Ana; HAUSCHILD, Theodor; TEICHNER, Felix (2003) - Intervenção Arqueológica no Museu de Évora, Centro Histórico de Évora, 1996. *Actas do 3º Encontro de Arqueologia Urbana, Almada, 1997*. Almada: Câmara Municipal, pp. 123–136.
- GOZALBES CRAVIOTO, Enrique (1993) - Observaciones acerca del comercio de época romana entre Hispania y el Norte de África. *Antiquités Africaines*. Aix-en-Provence. 29, pp. 163–176.
- GROS, Pierre (1976) - *Aurea templa: recherches sur l'architecture religieuse de Rome à l'époque d'Auguste*. Roma: École Française de Rome.
- GROS, Pierre (2001) - *L'architecture romaine 2. Maisons, palais, villas et tombeaux*. Paris: Picard.
- GUTIÉRREZ BEHEMERID, María Ángeles (1992) - *Capiteles romanos de la Península Ibérica*. Valladolid: Universidad.
- GUTIÉRREZ BEHEMERID, María Ángeles (2004) - Los programas arquitectónicos de época imperial en el *Conventus Cluniensis*. In RAMALLO ASENSIO, Sebastián F., ed. - *Actas del Congreso la decoración arquitectónica en las ciudades romanas de occidente (Cartagena, 8–10 octubre 2003)*. Murcia: Universidad, pp. 275–292.
- HAUSCHILD, Theodor (1990) - Das römische Theater von Lissabon, Planaufnahme 1985–1988. *Madri der Mitteilungen*. Mainz. 31, pp. 338–392.
- HAUSCHILD, Theodor (1992) - El templo romano de Évora. *Cuadernos de Arquitectura Romana*. Murcia. 1, pp. 107–117.
- HESBERG, Henner von (1990) - Bauornamentik als kulturelle Leitform. In TRILLMICH, Walter; ZANKER, Paul, eds. - *Stadtbild und Ideologie: Die Monumentalisierung hispanischer Städte zwischen Republik und Kaiserzeit. Kolloquium in Madrid vom 19. bis 23. Oktober 1987*. München: Bayerischen Akademie der Wissenschaften, pp. 341–346.
- JANEIRO, Helena (1993) - *Lisboa: freguesia do Castelo*. Lisboa: Contextos.
- JIMÉNEZ SALVADOR, José Luis (1994) - Teatro y monumentalización urbana en Hispania. *Braçal*. Sagunto. 10, pp. 53–74.
- KLEINER, Diana E. E. (1992) - *Roman sculpture*. New Haven, CT; London: Yale University Press.
- LÉZINE, Alexandre (1968) - *Carthage. Utique. Études d'architecture et d'urbanisme*. Paris: CNRS.
- MACIEL, Manuel Justino, ed. (2006) - VITRÚVIO, *Tratado de Arquitectura. Tradução do latim, introdução e notas. Vitruvii Decem Libri*. Lisboa: Instituto Superior Técnico, ISP Press.
- MANTAS, Vasco Gil (1990) - As cidades marítimas da Lusitânia. In *Les Villes de la Lusitanie romaine. Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du CNRS. Talence - 1988*. Paris. CNRS, pp. 149–205.
- MANTAS, Vasco Gil (1996) - *A rede viária romana da faixa Atlântica entre Lisboa e Braga*. Vol. I e II. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MARQUES, João António; SANTOS, Vítor (1996) - Intervenção arqueológica de emergência na Baixa de Lisboa. *Al-madan*. Almada. IIª série. 5, p. 201.
- MÁRQUEZ MORENO, Carlos (1993) - *Capiteles romanos de Corduba Colonia Patricia*. Córdoba: Publicaciones del Monte de Piedad; Caja de Ahorros de Córdoba.
- MÁRQUEZ MORENO, Carlos (1998) - *La decoración arquitectónica de Colonia Patricia: una aproximación a la arquitectura y urbanismo de la Córdoba romana*. Córdoba: Publicaciones de la Universidad de Córdoba; Obra Social y Cultural Cajasur.
- MÁRQUEZ MORENO, Carlos (2002) - La ornamentación arquitectónica en ámbito funerario de *Colonia Patricia*. In VAQUERIZO GIL, Desiderio, ed. - *Espacios y usos funerarios en el Occidente romano: actas del Congreso Internacional celebrado en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Córdoba (5–9 junio, 2001)*. Córdoba: Universidad. Vol. 2, pp. 223–246.
- MOITA, Irisalva (1968) - Achados da Época Romana no subsolo de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. 116–117, pp. 33–71.
- NOGALES BASARRATE, Trinidad; GONÇALVES, Luís Jorge (2005) - Fragmento de cornija com mísulas. In *Imagens e mensagens: escultura romana do Museu de Évora*. Lisboa: Instituto Português de Museus; Évora: Museu de Évora, p. 62.
- NOGALES BASARRATE, Trinidad; MÁRQUEZ PÉREZ, Juana (2002) - Espacios y tipos funerarios en *Augusta Emerita*. In VAQUERIZO GIL, Desiderio, ed. - *Espacios y usos funerarios en el Occidente romano: actas del Congreso Internacional celebrado en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Córdoba (5–9 junio, 2001)*. Córdoba: Universidad. Vol. I, pp. 113–144.
- PENSABENE, Patrizio (1973) - *Scavi di Ostia, VII, i capitelli*. Roma: Istituto Poligrafico dello Stato.
- PIMENTA, João (2003) - Contribuição para o estudo das ânforas do castelo de São Jorge. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 6:2, Lisboa, pp. 341–362.
- PIMENTA, João (2005) - *As ânforas romanas do castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

- PIMENTA, João; CALADO, Marco; LEITÃO, Manuela (no prelo) - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. A intervenção da Rua de S. João da Praça. Actas do VI International Congress Phoenician and Punic Studies (26 Setembro–1 Outubro 2005), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- RAMALLO ASENSIO, Sebastián F. (2004) - Decoración arquitectónica. Edilicia y desarrollo monumental en Carthago Nova. In RAMALLO ASENSIO, Sebastián F., ed. - *Actas del Congreso la decoración arquitectónica en las ciudades romanas de Occidente (Cartagena, 8–10 octubre 2003)*. Murcia: Universidad, pp. 153–218.
- RIBEIRO, José Cardim (1974–1977) - Três novos monumentos epigráficos da época romana pertencentes à zona oeste do município olisiponense. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3.ª Série. 7–9, pp. 277–329.
- RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, Oliva (2000) - Los capiteles toscanos de la *porticus post scaenam* del teatro romano de Itálica (Santiponce, Sevilla). In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular (UTAD, Vila Real, Portugal, Setembro de 1999)*. *Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica*. Porto: ADECAP. Vol. VI, pp. 307–317.
- SALVADO, Salete; FERREIRA, Seomara da Veiga (1984) - Alguns elementos pré-românicos reutilizados nos paramentos exteriores da Sé de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. Série 2. 45:7, pp. 3–36.
- SAURON, Gilles (1979) - Les modèles funéraires classiques de l'art décoratif néo-attique. *Mélanges de l'École Française de Rome, Antiquité*. Roma. 91, pp. 193–236.
- SEPÚLVEDA, Eurico de; FERNANDES, Lídia (2009) - As marcas em *terra sigillata* de tipo itálico do teatro romano de Lisboa (campanhas 2005/2006). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12:1, pp. 139–168.
- SILVA, Rodrigo Banha (2005) - “Marcas de oleiro” em *terra sigillata* da Praça da Figueira (Lisboa): contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (século I a.C. - século II d.C.). Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arqueologia (Especialização em Arqueologia Urbana) Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho. Braga
- SILVA, Augusto Vieira da (1944) - *Epigrafia de Olisipo*. Lisboa: Câmara Municipal.
- SOLER HUERTAS, Begoña (2004) - El uso de rocas ornamentales en los programas decorativos de la Carthago Nova altoimperial: edilicia pública y evergetismo. In RAMALLO ASENSIO, Sebastián F., ed. - *Actas del Congreso la decoración arquitectónica en las ciudades romanas de Occidente (Cartagena, 8–10 octubre 2003)*. Murcia: Universidad, pp. 455–483.
- SOUZA, Vasco de (1990) - *Corpus Signorum Imperii Romani. Corpus der skulpturen der römischen Welt. Portugal*. Coimbra: Universidade.
- TARDY, Dominique (1989) - Le décor architectonique de Saintes antique. *Aquitania*. Bordeaux: Fédération Aquitania.
- TRILLMICH, Walter (2004) - Los programas arquitectónicos de época julio-claudia en la Colonia Augusta Emerita. In RAMALLO ASENSIO, Sebastián F., ed. - *Actas del Congreso la decoración arquitectónica en las ciudades romanas de occidente (Cartagena, 8–10 octubre 2003)*. Murcia: Universidad, pp. 321–335.
- TRILLMICH, Walter (2006) - El anfiteatro de Nerón en Roma, visto desde la andanada. In *Coloquio Internacional Amphitheatrum, del edificio a los juegos (Museo Nacional de Arte Romano, 27-28 octubre 2006)* (resumos das comunicações). Mérida, 2006
- VALE, Ana; FERNANDES, Lídia (1994) - Intervenção Arqueológica no Largo de Santo António da Sé. *Al-madan*. Almada. IIª série, 3, p. 109.
- VALE, Ana; FERNANDES, Lídia (1997) - Intervenção arqueológica na Praça de D. Pedro IV (Rossio) em Lisboa. In *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*. Almada: Câmara Municipal, pp. 109–121.
- VENTURA VILLANUEVA, Ángel (2006) - La cavea del teatro romano de Córdoba: diseño, modulación y arquitectura. In MÁRQUEZ MORENO, Carlos; VENTURA VILLANUEVA, Ángel, eds. - *Jornadas sobre teatros romanos en Hispania. Actas del Congreso Internacional celebrado en Córdoba, 12 a 15 de noviembre de 2002*. Córdoba: Seminario de Arqueología, pp. 99–147.
- VIEIRA, Carlos Jorge Canto (1998) - *Capitéis de ara do municipium olisiponense*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 2 vols. Dissertação Final de Mestrado em História da Arte.
- ZANKER, Paul (1992) - *Augusto y el Poder de las Imágenes*. Madrid: Alianza Forma.

